

MESTRADO EM ESTUDOS AFRICANOS

Do Mar Para A Boca
Políticas de Pesca de Cabo Verde e o desiderato do
desenvolvimento (1987-2022)

Maria Helena Gonçalves Furtado

setembro

2023



Maria Helena Gonçalves Furtado

DO MAR PARA A BOCA
Políticas de Pesca de Cabo Verde e o desiderato
do desenvolvimento (1987-2022)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos, orientada pelo Professor Doutor José Maciel Honrado Morais Santos e pelo Professor Doutor Adalberto Vieira (Universidade de Cabo Verde)

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

Sumário

Declaração de honra.....	5
Agradecimentos.....	6
Abstract.....	8
Índice de Figuras (ou Ilustrações)	9
Índice de Tabelas (ou Quadros)	10
Índice de Gráficos	10
Lista de abreviaturas e siglas	12
Introdução	14
PARTE I- Metodologia e Debate Teórico.....	16
1. Problematização e objetivos do trabalho	16
2. Justificação da pertinência do tema	16
3. Delimitação temática espaço-temporal	18
4. Metodologia	21
5. Estrutura do trabalho.....	23
PARTE II -ESTADO DA ARTE	24
1. Enquadramento legal do setor das pescas.....	24
1.1. O peso do setor das pescas na economia de Cabo Verde	29
1.2. Pescas na Guiné-Bissau.....	30
1.3. Gestão dos recursos haliêuticos.....	32
2. Caracterização social do setor	40
2.1. Análise dos dados até ao ano 2000 e dos levantados no V Recenseamento Geral das Pescas	
42	
2.2. Setor informal	47
2.3 -Políticas de apoio a operadores de Pesca artesanal e de subsistência	50
PARTE III-ESTUDO DE CASO.....	59
1. Caracterização do meio.....	59
2. As pescas vistas pelos seus atores diretos	63
2.1. Crítica às Entrevistas como metodologia de recolha de dados.....	63
2.1.1. -Tabela síntese Entrevista Pescadores	65
2.1.2. - Análise da tabela.....	68
2.1.3. –Quadro síntese Entrevistas Peixeiras	69

2.1.4. -Análise da tabela.....	72
2.1.5. Análise dos conteúdos das entrevistas	78
2.1.5.1. Entrevista Associação (anexo 1.2) - síntese	78
2.1.5.2. Inquiridor síntese de entrevista (Anexo1.8 e 1.9)	78
Considerações finais	84
Anexos.....	102

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 13 de janeiro de 2023

Maria Helena Gonçalves Furtado

Agradecimentos

Ao Mar que dá e leva, que alimenta e erode, que salga e lava, que não escolhe quem cobrir. Às dádivas da Natureza, que gratuitamente nos são emprestadas para nossa sobrevivência. À Sabedoria de saber viver sem danificar. Aos de boa-vontade que se consideram parte da NATUREZA.

A quem me pôs no chão

A quem me cuidou

A quem me sustentou

A quem me ensinou

De quem eu sou

RESUMO

Cabo Verde é mais mar do que terra. Sendo um Estado arquipelágico, o mar torna-se imperativo nas questões relacionadas com o desenvolvimento, já o é desde quando as ilhas foram “descobertas” e colonizadas por Portugal. Este estudo pretende compreender o caminho de desenvolvimento que Cabo Verde tem percorrido através da gestão dos seus recursos piscícolas, dando especial ênfase aos agentes que praticam e fazem da pesca artesanal e de subsistência o seu modo de vida e fonte de rendimento.

Palavras-Chave: Estado Soberano, desenvolvimento, gestão estratégica, Zona Económica Exclusiva, pescas.

Abstract

Cabo Verde is more sea than land. Being an archipelagic State, sea management becomes imperative in issues related to development, as it has been since the islands were “discovered” and colonized by Portugal. This study aims to understand the development path Cabo Verde has taken through the management of its fish resources, giving special emphasis to the agents who practice and make artisanal and subsistence fishing their way of live and source of income.

Key-words: Sovereign State, development, strategic managment, Economic Exclusive Zone, fishing

Índice de Figuras (ou Ilustrações)

FIGURA 1-MAPA DE CABO VERDE	19
FIGURA 2 – ILHA DE SANTIAGO E PRINCIPAIS CIDADES.	20
FIGURA 3 ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA / PLATAFORMA CONTINENTAL DE CABO VERDE. A AZUL CLARO A ZONA DEFINIDA PELA CONVENÇÃO DO MAR.	25
FIGURA 4- SLIDE DE APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RETOMA COVID	38
FIGURA 5-COLOCAÇÃO DE FIBRA DE VIDRO NO BOTE	51
FIGURA 6-EMBARCAÇÃO COM CAMADA DE FIBRA DE VIDRO	51
FIGURA 7-BOTE DE PESCA ARTESANAL COM MOTOR FORA DE BORDO	52
FIGURA 8 e FIGURA 9-MULHERES “RABIDANTES” A AGUARDAR A CHEGADA DO BOTE E DISTRIBUIÇÃO DE PEIXE NO MERCADO INFORMAL DE PEIXE EM CALHETA, SÃO MIGUEL	53
FIGURA 10- BOTE COM PEIXE “DOBRADA”, PARGO, DOURADA, PEIXES DE MENOR BIOMASSA E MENOR VALOR COMERCIAL, DA FAMÍLIA DAS POMACENTRIDAE, SCARIDA, LABRIDAE	54
FIGURA 11-EXEMPLO DE BIDIÃO E OUTRA ESPÉCIE DE PEIXE	55
FIGURA 12-PEQUENA ARMADORA ESCOLHE GAIADO PARA PESAR E VENDER	56
FIGURA 13-PEQUENA ARMADORA PESA GAIADO, PEIXE DA FAMÍLIA DOS TUNÍDEOS	57
FIGURA 14- PORMENOR DE ATUM	58
FIGURA 15-RABIDANTES A AGUARDAR A CHEGADA DO BOTE, COM PEIXE	73
FIGURA 16-MALAS TÉRMICAS ONDE FICAM GUARDADOS OS PEIXES PARA VENDA POSTERIOR, NO MERCADO DE ASSOMADA.....	74
FIGURA 17-PEIXEIRA TENTA CORTAR MOREIA, DA FAMÍLIA DAS MURAENIDAE MORAENA ROBUSTA, (OSÓRIO, 1909)	75
FIGURA 18- PEIXES À VENDA POR RABIDANTE: BIDIÃO (SPARISOMA CRETENSENE (LINNAEUS1758) PALOMBETA E PAPAGAIO SARDINELLA ROUXI (POLL 1951)	76
FIGURA 19-ATUM BRANCO TUNNUS ALALUNGA (BONNATERRE 1788) COMPRIMENTO MÁXIMO OBSERVADO 130CM. PEIXE EPIPELÁGICO OCEÂNICO.....	77

Índice de Tabelas (ou Quadros)

TABELA 1 POTENCIAL HALIÉUTICO E DISPONIBILIDADES POR GRUPOS DE ESPÉCIES	33
TABELA 2- EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO SETOR DAS PESCAS	42
TABELA 3-DISTRIBUIÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS	43
TABELA 4-DISTRIBUIÇÃO DE OPERADORES SEMI-INDUSTRIAIS E INDUSTRIAIS	44
TABELA 5-DISTRIBUIÇÃO DE VENDEDORES DE PESCADO	45
TABELA 6- TABELA SÍNTESE ENTREVISTA PESCADORES.....	65
TABELA 7- QUADRO SÍNTESE ENTREVISTAS PEIXEIRAS	69

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1-DISTRIBUIÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS	43
GRÁFICO 2 DISTRIBUIÇÃO DE OPERADORES SEMI-INDUSTRIAIS /INDUSTRIAIS	45
GRÁFICO 3-DISTRIBUIÇÃO DE VENDEDORES DE PESCADO	46

Lista de abreviaturas e siglas

AOD	ASSISTÊNCIA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APP	Acordo de Parceria no Setor das Pescas
CE	Comissão Europeia
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNULM/ CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar/ Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
FAO/ ONUAA	Food and Agriculture Organization/ Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano/IMV
.....	Instituto Marquês de Valle Flôr
INDP	Instituto Nacional para o Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
MCS	Monitoring, Control, Surveillance (monitorização, controle, vigilância)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento de Estado
OLI	Ownership, Localization, Internalization
OMC / WTO	Organização Mundial do Comércio/ World Trade Organization
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
OTAN/ NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte/ North Atlantic Treaty Organization
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PAIGCV	Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde
PCD	Política de Coerência para com o Desenvolvimento
PCP	Política Comum de Pescas
PED	Países em Desenvolvimento
PEID	Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	País Menos Avançado
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	País de Rendimento Médio
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
RNB	Rendimento Nacional Bruto
RTCV	Rádio e Televisão de Cabo Verde
RTP África	Rádio Televisão Portuguesa África
SWOT	Strengths Weakness Oportunities Treaths
EU/UE	European Union/ União Europeia
V RGP	Quinto Recenseamento Geral das Pescas
WB	World Bank
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Introdução

A pesca constitui um dos recursos mais importantes para a alimentação das pessoas no planeta e desenvolvimento no mundo. A crescente procura de alimento a partir do mar tem acompanhado as necessidades de populações. Esta importância para a cadeia alimentar aliado à pressão demográfica, efeito das migrações, resultou num aumento da construção¹ nas zonas costeiras e conseqüente aumento da pressão sobre os ecossistemas e recursos aquíferos. “O consumo de peixe per capita mundial passou de 10kg em 1960 para 20 kg em 2015(...) Mais de metade da produção de peixe mundial é consumida sob a forma de produtos frescos, os mais comercializados em todo o mundo (...) a criação de valor acrescentado no setor da pesca implica a conservação dos produtos vivos ou frescos” (Parlamento Europeu, 2016, p. 11)

Este fenómeno toma uma maior relevância no caso particular de Estados costeiros e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, e/ou de natureza arquipelágica. Uma vez que vêm nesse setor um recurso a ser capitalizado, é comum transformarem este recurso num pilar estratégico do desenvolvimento do próprio país.

A presente dissertação de mestrado focar-se-á exatamente nesta problemática: a importância dos recursos piscícolas para uma Nação, olhando pelo prisma do impacto que as políticas de pesca têm na pesca artesanal ou de subsistência. O contexto de estudo será Cabo Verde, mais concretamente três comunidades piscatórias na Ilha de Santiago.

Desta forma, incidirá sobre as políticas implementadas em relação à gestão/exploração dos recursos marítimos, particularmente no que se refere ao setor das pescas de subsistência. O interesse é acompanhar o desenvolvimento deste País, a partir da exploração dos recursos do mar, tentando perceber como foram observadas, também, as fragilidades e vulnerabilidades na exploração deste recurso natural. Pretende-se encontrar elementos que permitam uma reflexão ponderada acerca do processo de desenvolvimento de Cabo Verde.

¹ Habitações-primárias, habitações-secundárias, hotelaria, indústria lúdico-recreativa, indústria alimentar e comercial.

Qual a sua relação com Ajuda Pública ao Desenvolvimento?

E com os acordos e cooperação para o desenvolvimento, acordos comerciais e Investimento Direto Estrangeiro?

Qual a sua relação com outros Estados e/ou Organismos Internacionais? São algumas das nossas questões de partida.

À semelhança do que se verifica nos demais Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, o mar está perspectivado como recurso estratégico, no entendimento dos vários Governos do Estado Cabo-Verdiano. A rota de desenvolvimento que Cabo Verde tem prosseguido, desde a sua independência, vem mostrar como foi possível lançar a âncora deste pequeno país arquipelágico na economia mundial e como tem sido possível esta ainda frágil manutenção². Entender como o desenvolvimento é compreendido e experimentado pelo cidadão cabo-verdiano, que vive da pesca de subsistência, é uma das perspectivas que este estudo pretende trazer, considerando o conceito de desenvolvimento no âmbito das Ciências Sociais e Humanas.

Este trabalho encontra-se dividido em três partes. A primeira parte é dedicada à apresentação da problematização e objetivos do nosso estudo, balizando-o na escala espaço-temporal, quais as nossas questões de partida e metodologia de trabalho. Após esta apresentação, segue-se, na segunda parte, o debate de conceitos, definições e Estado da Arte, a caracterização do contexto em estudo, assim como a definição da importância da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE). A resposta a “Quem são os financiadores externos a ajudar Cabo Verde? Qual a legislação em vigor no âmbito do setor das pescas? - São algumas das perguntas que iremos debater. Esta segunda parte do trabalho está dividida em quatro capítulos.

Na terceira parte, será debatido o caso em estudo, a pesca artesanal e de subsistência em Cabo Verde. Esta secção encontra-se dividida em dois grandes capítulos, o primeiro de

² Considerando a balança comercial de Cabo Verde que continua negativa desde 2022, <https://pt.tradingeconomics.com/cape-verde/balance-of-trade>, agravado pelo período pandémico <https://www.gpp.pt/images/gam/2/de/CaboVerde.pdf> p.8

caraterização das comunidades piscatórias onde foi feita a recolha das entrevistas, a segunda, focando as pescas vistas pelos seus agentes diretos, no caso, os pescadores, peixeiras e demais agentes entrevistados, fazendo-se o tratamento das entrevistas, por fim, considerações finais.

PARTE I- Metodologia e Debate Teórico

1. Problematização e objetivos do trabalho

Este estudo terá como foco a ZEE de Cabo Verde, a sua gestão e importância para o País, os principais problemas ou desafios que integram a sua gestão, tido como estratégico para o desenvolvimento de Cabo Verde. Discutir-se-á o paradigma de desenvolvimento e cooperação vigente, através dos seguintes questionamentos:

Que “desenvolvimento” tem vindo um país Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento como Cabo Verde, a trilhar, desde a sua independência?

Em que se tem “estribado” este desenvolvimento?

Sendo um Estado com mais território em mar do que em terra, como é que esse fator tem marcado o seu desenvolvimento?

Que desafios e vulnerabilidades entornam a gestão da Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde?

Que leitura se pode fazer da cooperação bilateral, com os Estados e multilateral, no quadro de organizações como União Europeia (U.E.)?

Como é que esta perspetiva de “desenvolvimento” é fluida para o cidadão comum?

2. Justificação da pertinência do tema

Uma investigação sobre o setor das pescas em Cabo Verde e os impactos sociais e políticos parece pertinente e oportuna, na medida em que é importante identificar os principais vetores na transformação no desenvolvimento que se tem vindo a operar em Cabo Verde. A escolha de Cabo Verde deve-se em parte ao carácter único do seu relacionamento com a União Europeia. Segundo o documento Comunicado conjunto (Parceria Especial UE/Cabo Verde), 2017) *“Cabo Verde will continue to be a priority for EU in international connectivity strategies and as part of the Global Gateway.(...) Cabo Verde is currently the only African country benefitting from unilateral trade preferences under the EU’s GSP+ system for sustainable development(...) The EU shall continue to play its natural role as a prominent and privileged partner to Cabo Verde in this endeavour.”* Assim, ao procurar conhecer o caminho trilhado por Cabo Verde no seu desenvolvimento, a partir dos recursos haliêuticos, desde a sua independência, busca-se inquirir como se implementam as políticas públicas no setor das pescas, e se estas se revelaram eficientes e eficazes para o desenvolvimento sustentável em Cabo Verde. O aferimento inclui um rastreio das demandas identificadas pelos agentes entrevistados.

Segundo Parlamento Europeu (2016, p. 9) o comércio internacional de produtos de pesca é importante, e, na verdade, o peixe é o produto alimentar mais comercializado no arquipélago [...] As estimativas indicam que o principal produtor (o pescador de pequena escala) recebe apenas 10% do preço final de venda do seu produto. Apesar de reduzida, esta margem é muito mais elevada do que a de outros produtos alimentares. A redução da cadeia de valor é um meio inicial para melhorar o rendimento dos pescadores de pequena escala, mas também para fornecer um produto de melhor qualidade (provavelmente a melhor preço) aos consumidores.

Observando, ainda, os novos desafios aos quais Cabo Verde se propõe responder, consubstanciados no documento *Declaração de compromisso pelo Desenvolvimento Sustentável - Cabo Verde, Ambição 2030* (Assembleia Nacional de Cabo Verde, 2020), e tendo em conta que, segundo este, o desenvolvimento do país a partir do mar é de importância extrema, um estudo deste âmbito permite um olhar macro sobre Cabo Verde nas suas várias potencialidades e possibilidades a partir da gestão do mar. Lê-se no

Preâmbulo do relatório *Diagnóstico do Sector da Pesca Industrial*, do Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP):

A escassez de recursos naturais e a natureza arquipelágica das ilhas de Cabo Verde em geral, cedo determinaram e impuseram uma estratégia orientadora de desenvolvimento, baseada na exploração dos recursos haliêuticos vivos, como forma a garantir ocupação, sustento e sobrevivência de milhares de famílias dispersas nas comunidades destas ilhas.

(Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP), 2001).

3. Delimitação temática espaço-temporal

A ilha de Santiago é a maior ilha do arquipélago. E em si comporta cerca de 24,6% do território Nacional, sendo a ilha mais populosa do arquipélago.

Da sua importância, encontramos ecos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021 e nos dados do INE sobre as contas nacionais de Cabo Verde. Estes indicam, na rubrica contribuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de cada Ilha, na formação da economia uma distribuição linear, nos últimos anos, com destaque para a Ilha de Santiago, que representa 52% do PIB, desigual em relação às outras ilhas, sendo a ilha de São Vicente com 16% e a ilha do Sal com 12%.(...) O desequilíbrio no acesso às oportunidades económicas e ao emprego fomenta o desequilíbrio no acesso ao rendimento. 54,3% do emprego está em Santiago, seguido de São Vicente com 16%, e estas duas ilhas compreendem, assim, cerca de 70% do emprego gerado no país.

Inserção do arquipélago de Cabo Verde na Costa Ocidental Africana

Figura 1-Mapa de Cabo Verde



Fonte: CIA

Figura 2 – Ilha de Santiago e principais cidades.



Fonte: <https://mapasblog.blogspot.com/search/label/Cabo%20Verde>

O *Diagnóstico Sócio-económico da pesca industrial em Cabo Verde* (INDP, 2001, p.25), indica que, pela década de 70/80, registaram-se mudanças impactantes, com perturbações no sistema financeiro, económico e monetário internacionais³. Estas também se fizeram sentir nos países em desenvolvimento, deixando-os numa posição ainda mais vulnerável. Foi também nesta década em que se deu a independência de Guiné e Cabo Verde, período em que lançou,

as bases para o desenvolvimento do setor das pescas em Cabo Verde foram lançadas após independência nacional em 1975 (...) Foi, efectivamente, durante os finais dos anos 70 e princípio dos anos 80 que começou a nascer uma estrutura mais ou menos organizada para a base de desenvolvimento das pescas, com a criação de várias infra-estruturas em terra, reforço e diversificação das bases de apoio à pesca industrial, numa perspectiva de dinamizar as potencialidades

³ Choque petrolífero de 1973

haliêuticas existentes e superar alguns estrangulamentos existentes e assim integrar o sector no conjunto das actividades económicas nacionais, tanto no âmbito produtivo e comercial como no âmbito social e desenvolvimento Regional.

(INDP, 2001, p.25)

O governo de Cabo Verde e Guiné estiveram sob tutela de um único partido, PAIGCV, após cisão nos anos 80. Segundo Telepneva (2021, p. 204), a visão de unidade sonhada por Cabral, líder das Lutas de Libertação, não durou. “Nino” Vieira identificou disparidades de poder entre caboverdianos e guineenses e provocou a cisão. Em Cabo Verde, os chefes do recém-criado Estado enveredaram por uma política de não alinhamento (Luz, 2008, p. 12), Verificada a não autonomia de governo, a análise que se pretende ballizar-se-à entre 1987-2022, e serão tidos em conta os dados do relatório do INDP e os dados do V Recenseamento Geral das Pescas 2021.

4. Metodologia

O sucesso de um estudo analítico, como este pretende ser, depende em grande medida da metodologia de trabalho. Valoriza-se a análise de informações e dados recolhidos, de fontes diversificadas, e como se verá- e tanto como possível, procurou-se estabelecer correlações para obter e registar hipóteses acerca do tema em estudo, no período de tempo considerado.

Para realizar este estudo ter-se-à com fontes primárias:

I – Documentação oficial, a saber:

- 1) Documentos governamentais do Ministério do Mar;
- 2) a legislação que enquadra esta problemática e regulamenta as pescas, no geral;
- 3) a Declaração de Gestão dos Mares promulgado na Constituição da República de Cabo Verde, que define a sua ZEE integrante da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM);
- 4) a Declaração de Compromisso pelo Desenvolvimento Sustentável - Cabo Verde, Ambição 2030;

5) Acordos de cooperação internacionais, o Comunicado conjunto Parceria Especial UE/Cabo Verde (2017) onde se indicam os planos de ação das parcerias de países da União Europeia, tido como principal parceiro comercial, principal investidor, e doador multilateral de Cabo Verde (European Union External Action, 2017)⁴;

6) Censos das pescas e da população; Dados das Nações Unidas referentes ao Desenvolvimento;

II -Fontes orais e iconográficas:

1) Entrevistas a agentes da comunidade, realizadas em agosto de 2022, em localidades pesqueiras selecionadas em Cabo Verde;

2) Fotografias referente ao trabalho de campo realizado, no setor da pesca artesanal e de subsistência.

Utilizaram-se como fontes secundárias :

1) estudos científicos nomeadamente monografias e artigos, impressos e on-line;

2) relatório de instituições não governamentais;

3) notícias como artigos de jornal para uma perceção mais completa da realidade em estudo.

A metodologia utilizada, consubstancia-se numa abordagem mista, de análise quantitativa⁵ e qualitativa, na análise das entrevistas. O desenho da pesquisa segue o modelo pragmatista, uma vez que tem como foco duplo, a nível macro-social, a análise da documentação oficial, com vista à compreensão da participação de Cabo Verde na economia mundial, relativamente ao setor das pescas; a nível micro-social, como contraponto experimental, um agenciamento participativo, em entrevistas, a título ilustrativo, da população que vive da pesca de subsistência.

Esta abordagem metodológica permite a dialética entre a componente instituinte⁶ e o que realmente é posto em prática, é aplicado e implica diretamente a vida das populações, testemunhos recolhidos através participação em entrevistas, considerando as

⁴ Nas pág-23-25 o programa apresenta tabelas dos principais financiadores sendo que países da União Europeia: Luxemburgo, França, Portugal e Espanha aparecem como principais financiadores de programas, sob forma de concessão, logo após o Banco de Desenvolvimento Africano e o Banco Mundial

⁵ Tabelas, mapas, dados estatísticos

⁶ Legislação, Decretos, resoluções

comunidades e os cidadãos que têm nas atividades relacionadas com a pesca seu principal modo de subsistência.

5. Estrutura do trabalho

O Estado da Arte está organizado em duas partes.

A primeira parte, expõe a revisão da literatura, ou seja, os argumentos científicos que serviram de base para fundamentar os conhecimentos sobre os conceitos em análise: Zona Económica Exclusiva, Estado Soberano, desenvolvimento, gestão estratégica. Nesta parte será também analisado o Acordo de Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde.

A segunda parte a apresenta uma abordagem analítica ao setor das pescas em Cabo Verde, através de dados estatísticos do INDP (Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas, 2001), do V Recenseamento Geral das Pescas, estatísticas das pescas, caracterização qualitativa. Será também abordado, a título comparativo, as políticas de pescas do Estado da Guiné-Bissau, pelas similaridades justificadas que têm com Cabo Verde.

A terceira parte deste estudo está sub-dividida em três capítulos, iniciando-se pela caracterização das localidades onde foram recolhidas as entrevistas junto dos agentes que praticam pesca artesanal e de subsistência, para depois fazer o tratamento das mesmas e sua análise, procurando relacionar as percepções dos agentes sobre as políticas internas do setor das Pescas, aprofundando com análise do impacto destas na população costeira que vive da pesca artesanal e de subsistência, ilustradas com reportagem fotográfica, com posterior debate sobre as principais considerações que advêm dessa análise.

Por último seguem-se as considerações finais, seguido da indicação da bibliografia consultada.

PARTE II -ESTADO DA ARTE

1. Enquadramento legal do setor das pescas

Acerca da soberania

A soberania de Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID) é discutível, não na sua soberania *de jure*, mas na prática desta mesma, em aspetos relativos à segurança da sua territorialidade tendo em conta o seu vasto mar, à soberania económica, outros aspetos considerados vulnerabilidades múltiplas (Kassab, 2017) e soberania alimentar.

Cabo Verde é mais mar do que terra - um arquipélago formado por dez ilhas, estreitamente relacionados entre si, sendo uma entidade histórica, geográfica, económica e política. Observando-se esta Convenção (CNUDM), tem delimitado o seu perímetro arquipelágico através do traçado das linhas de base arquipelágicas, pelas quais determina a largura do mar territorial, até um limite que não ultrapasse as 12 milhas marítimas (Unidas N. , artº 3º, º da Secção 2, Parte II) largura esta passível de alargamento (assunto requerido e em discussão em países costeiros, no quadro desta mesma Convenção). Tem soberania sobre as águas arquipelágicas, independentemente da sua profundidade ou da sua distância da costa, porém, é uma soberania limitada pelos direitos de Estados terceiros sobre as águas arquipelágicas, *inter alia* o direito de passagem inofensiva pelas rotas marítimas arquipelágicas (Unidas N. , artº 17º, Subsecção A da Secção 3, Parte II).

A zona a que chamamos de zona económica exclusiva, que vai até às 200 milhas a contar das linhas de base arquipelágicas. A ZEE tem a largura de 188 milhas, porque nas 200 milhas incluem-se as 12 milhas de mar territorial. O estatuto jurídico do mar territorial é, como se disse, um estatuto de soberania do Estado de Cabo Verde sobre esse espaço, enquanto na ZEE Cabo Verde tem a soberania apenas sobre os recursos vivos e não-vivos e possui igualmente alguns direitos de jurisdição nessa área.

Jesus, 2015

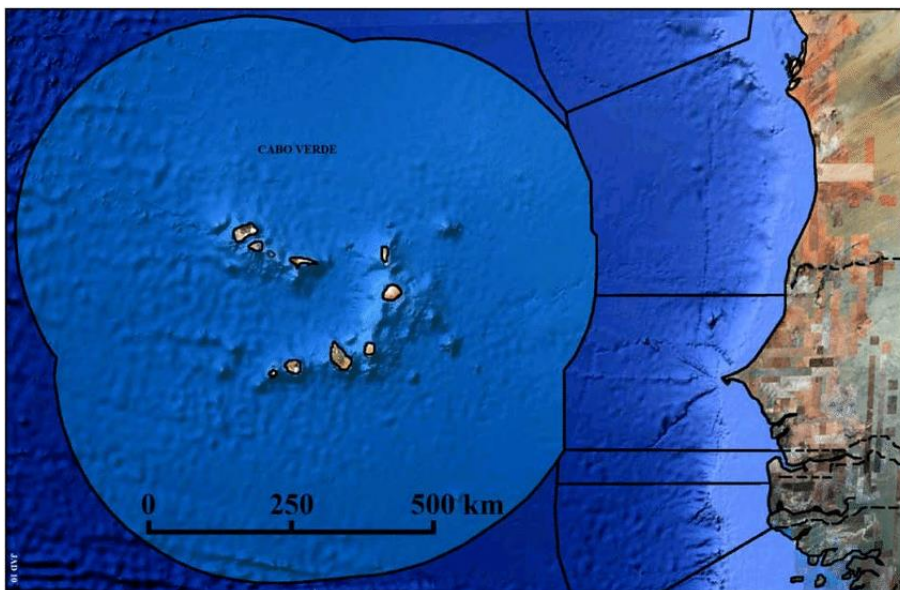


Figura 3 Zona Económica Exclusiva / Plataforma Continental de Cabo Verde. A azul claro a zona definida pela Convenção do Mar.

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-5-Zona-Economica-Exclusiva-Plataforma-Continental-de-Cabo-Verde-A-azul-claro-a_fig4_314530861

No que diz respeito à segurança da sua territorialidade, o politólogo cabo-verdiano Odair Varela, no artigo (A Encruzilhada da Defesa e Segurança no Atlântico médio: Cabo Verde entre a "Espada" da NATO e a "Parede" Africana?, 2007), questiona a fragilidade e a verdadeira emancipação de países africanos que se tornaram independentes no pós-Guerra Fria, tendo em conta dependências várias, no ponto de vista produtivo, económico e na segurança. Estes países ficaram dependentes de ajuda externa e mantêm relações estreitas com o ex-colonizador.

No domínio económico, segundo o Banco Mundial (Bank, 2022), a maior parte das agências bilaterais e multilaterais têm uma presença em Cabo Verde. Os maiores parceiros multilaterais do país são a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional. Foi feito progresso na otimização da assistência e coordenação para o desenvolvimento através da iniciativa do Grupo de Apoio

Orçamental (GAO) dos doadores, que inclui a participação ativa do Luxemburgo, Portugal, Espanha, União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento, e o Banco Mundial.

(Verde G. d., Multi-anual indicative programme, 2021)

Conceito de desenvolvimento

Considerado conceito polémico e polissémico, o desenvolvimento (Amaro R. , 2003, p. resumo), já é muito mais do que crescimento económico meramente capitalista, a consciência de que de tal deve advir o bem-estar e a melhoria de condição de vidas humanas, tem sido inscrito no Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e na avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano.

The purpose of development is to offer people more options. One of their options is the access to income – not as an end in itself but as a means to acquiring human well-being. But there are other options as well, including long life, knowledge, political freedom, personal security, community participation and guaranteed human rights.

(United Nations Development Programme, 1990, p. iii)

O setor das pescas foi considerado uma das alavancas de desenvolvimento de Cabo Verde a partir de 1986-90, com o 2º Plano de Desenvolvimento, segundo Leite (2004). Este plano continuou a reforçar os objetivos anteriores de “melhoria das condições de vida da população e desenvolvimento das infraestruturas básicas como a agricultura, transportes, comunicações e indústria. A promoção da literacia e da educação para a saúde assim como o incentivo à criação de atividades económicas tornaram-se medidas prioritárias” (p.2). Atendendo à preocupação da posição económica de Cabo Verde relativamente ao contexto mundial, dirigiu-se ao equilíbrio económico nos sectores da pesca, turismo e serviços.

A regulação das pescas, setor importante para o Estado de Cabo Verde, exigiu um plano de gestão para a exploração, aproveitamento e desenvolvimento sustentado. No

caso de Cabo Verde, este plano foi construído ante consulta de parceiros sociais, profissionais e económicos, tendo em conta decisões das organizações reguladoras de conservação e gestão de pescas internacionais, regionais e sub-regionais, como por exemplo a Comissão sub-Regional de Pescas (organização intergovernamental de cooperação haliêutica instituída pela Convenção de 29 de Março de 1985, que grupa os seguintes Estados membros: Cabo Verde, Gâmbia, Guiné, Guiné Bissau, Mauritânia, Senegal e Serra Leoa. (Conselho de Ministros, 2020) Atualmente considera-se o potencial haliêutico de Cabo Verde menos abundante que os parceiros Mauritânia e Senegal (European Union External Action, 2017, p. 7)

Legislar de forma a garantir a sustentabilidade dos recursos haliêuticos não é uma tarefa simples. Nakamura & Amador antevêm que

due to the holistic nature of Ecosystem Approach to Fisheries involving multiple factors that underpin the social, economic, environmental, and institutional aspects of fisheries sustainability. These factors include ecosystems integration, risks, inter-sectoral collaboration, research, participatory processes, monitoring, control, surveillance, and enforcement, among others.

Análise da legislação

Sendo o Decreto-Legislativo nº 2/2020 de 19 de março (Conselho de Ministros, 2020), o documento legislativo que congrega de toda a legislação no que diz respeito à regulamentação das pescas, a sua análise é requerida para este estudo.

O documento identifica volumes dispare, que convém definir neste estudo, de onde se regulamenta com respeito à zona de prática de pesca:

- pesca industrial/ comercial “Em conformidade com a legislação em vigentes e com os critérios utilizados para a recolha de dados, (...) a frota de pesca industrial caboverdiana é constituída por embarcações de convés fechado e motor interno. A nível nacional a frota industrial é constituída por unidades de comprimento a partir dos 6 metros, com idade média de 30 anos, muitas das quais obsoletas e maioritariamente pertencentes a entidades

privadas. São na sua maioria atuneiros, lagosteiros, e cercadores para pequenos pelágicos” (Diagnóstico do setor da Pesca Industrial, INDP p. 36 e p.20).

- Pesca de subsistência, em pequena escala, artesanal - a pesca que é praticada sem embarcação, com meios artesanais elementares, constituindo uma atividade secundária para as pessoas que a praticam, fornecendo essencialmente bens alimentares para o consumo próprio; ”a sua frota é constituída por botes de tamanho diverso, motorizados ou não, geralmente de “boca aberta”, ou seja sem convés coberto; (...) Pesca de subsistência, em pequena escala, semi-industrial – difere da anterior pela capacidade da embarcação e por ter motor interno, o que possibilita a pesca a maior distância da costa.

(Diagnóstico do setor da Pesca Industrial, INDP p. 36 e p.20).

- outras formas de pesca de menor escala: desportiva, para investigação científica, recreativa, turística.

Ainda segundo o Decreto-Legislativo 2/2020 de 19 de março, a pesca artesanal e de subsistência é limitada a embarcações nacionais, pode ocorrer com isenção de taxas, carece de licença de pesca e opera nas águas interiores, águas arquipelágicas e no mar territorial. No artigo 13º, o Decreto-Legislativo de 2/2020 de 19 de março decreta a Promoção da pesca de pequena escala: O Plano de Gestão promove e apoia medidas que favoreçam o desenvolvimento sustentado da pesca de pequena escala, nos termos das Diretrizes Voluntárias Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza, tendo em conta o seu importante papel social, económico e profissional, especialmente na vida das comunidades piscatórias mais desfavorecidas e na economia do país.

A preservação e conservação dos recursos haliêuticos é uma preocupação que consta no Decreto-Legislativo de 2/2020 de 19 de março. No que diz respeito à sustentabilidade dos recursos haliêuticos encontra-se decretado “A exploração e o aproveitamento dos recursos haliêuticos devem orientar-se, designadamente, pelos seguintes princípios, de modo a garantir a sua sustentabilidade” e “legislação do setor de pesca pretende também reforçar as condições para uma mais eficiente fiscalização e boa gestão desses recursos, assegurando os mecanismos que promovam a observância, pelas embarcações de pesca e

outros operadores envolvidos, dos princípios e normas de conservação e gestão, assim contribuindo para a sua exploração sustentável.

1.1. O peso do setor das pescas na economia de Cabo Verde

O setor das Pescas é de interesse quase vital para o Estado de Cabo Verde, apesar de fraca contribuição na formação do PIB, de acordo com a Comissão Sub-regional das Pescas:

A contribuição do setor das pescas no PIB foi estimada entre 2 % e 3 % para o setor primário e 7 a 10 % para secundário. Cerca de 64 % do valor acrescentado gerado pelo setor é fornecido somente pela pesca artesanal, tendo em conta a importância dos seus desembarques. O setor da pesca contribui significativamente na segurança alimentar através de um consumo per capita de 25 kg de pescado. Esses produtos são disponibilizados às populações cabo-verdianas a preços compatíveis com os seus rendimentos. (Comissão Sub-Regional das Pescas (CSRP) , 2016)

Segundo a mesma fonte, as maiores contribuições para o PIB cabo-verdiano advêm principalmente no setor terciário, que em 2002 representava 71,6 % do PIB, o setor secundário (indústrias e construção), representava 17,2 % do PIB e o setor primário, 11,2 % do PIB.

Os dados de 2016 indicam 10 200 empregos diretos no setor das pescas, representando 2 % da população total e 5 % da população ativa. Identificam cerca de 4736 pescadores recenseados. Mais de 3500 intermediários e micro grossistas foram também recenseados em Cabo Verde.

Estas considerações em relação às pescas, tendem em considerar com maior relevo a dimensão humana, em detrimento da questão económica. Estas preocupações estão patentes nos demais Estados PEID arquipelágicos ou de costa marítima, com os quais o Estado de Cabo Verde partilha vicissitudes, fragilidades e desafios, onde considera-se o importante papel social, económico e profissional da pesca. Nesse âmbito, embora o peso do setor da pesca no PIB tenha sido relativamente baixo, considera-se o seu papel relevante

no processo de desenvolvimento, principalmente nas potencialidades de geração de milhares de empregos formais e informais, em matéria de segurança alimentar e na geração de divisas via exportações, observando-se a seguinte distinção (Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP), 2001):

- em grande escala, como motor económico, internacionalização do mercado e de desenvolvimento;⁷

- de pequena escala, na economia do país e especialmente na vida das comunidades piscatórias mais desfavorecidas, segundo orientações do Quadro Estratégico da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza.

1.2. Pescas na Guiné-Bissau

Numa perspetiva comparativista, far-se-á uma breve abordagem às políticas de pesca de Guiné-Bissau, pelas semelhanças das vicissitudes que ambos os Estados enfrentam no setor. Tal como Cabo Verde, enfrenta a vicissitude de ser Estados PEID, Estado costeiro com ilhas, detendo assim uma ampla ZEE. Mas não é apenas a geografia insular e a natureza arquipelágica dos territórios que determinam o seu *status quo*, Guiné e Cabo Verde foram colónias portuguesas, conseguindo a sua independência em 1975. Guiné-Bissau, para além destas afinidades, partilha com Cabo Verde um passado histórico, mantendo-se sob o mesmo governo PAIGCV até 1980. Leite (2004), no artigo “Entre África e a Europa: Cabo Verde e a sua estratégia de desenvolvimento”, salienta a aposta na formação académica

⁷ Segundo o Gabinete de Planeamento Políticas e Administração Geral de Cabo Verde, de 11 de julho de 2023, <https://www.gpp.pt/images/gam/2/de/CaboVerde.pdf> p.8, a evolução da balança comercial de Cabo Verde com Portugal para peixes e crustáceos apresenta uma média positiva, no quinquénio de 2018-2022, no valor de 709. 311 euros.

do Estado de Cabo Verde, para poder garantir a formação de quadros para o aparelho e instituições do Estado. Na procura pelo desenvolvimento, o Governo de “Nino” Vieira:

proceeded to accept a structural adjustment program from the IMF and greatly expanded the cultivation of cashews for export. In 1985, the Soviets lost the right to fish in Guinea-Bissau’s waters because the government complained about the unfair conditions governing its joint venture, the Estrela do Mar. However, Soviet military cooperation with Guinea-Bissau continued right up to the collapse of the USSR in 1991

(Telepneva, 2021, p. 204)

A antiga União Soviética e Argélia foram dos primeiros países a estabelecer acordos de pesca com a Guiné-Bissau. Mais tarde, apareceram a Espanha, Itália e Portugal no quadro da União Europeia e países asiáticos, como China e Japão. O sector das Pescas da Guiné-Bissau contribui com 3% a 4% para o Produto Interno Bruto (PIB) do país entre 1991 e 1997. É, contudo, uma fonte significativa de receitas cambiais e rendimentos públicos, sendo o segundo sector mais importante para a economia do país (PMA, 2000) Nas considerações de Embaló (2021, p. introdução) entende-se a autonomização das políticas de pesca na Guiné-Bissau em relação à metrópole, após a independência em 1975. Para fazer face aos desafios colocados e à fragilidades materiais e tecnológico, viu na atribuição de licenças de pesca aos armadores internacionais, com base em acordos, uma forma de capitalizar o recurso. Neste momento para além do acordo de cooperação com o Senegal, Guiné-Bissau tem acordo de pesca industrial com países da União Europeia, com a Rússia e com a China.

Guiné- Bissau e Cabo Verde têm assento na Comissão Sub-Regional de Pescas, em organismos como a CEDEAO, CPLP, PALOP.

Outra preocupação que estes Estados partilham é a Pesca Ilegal não-Regulamentada, pela extensão das suas a ZEE e riqueza na biodiversidade, que os tornam atrativos a exploração marítima, sendo que não possuem recursos técnicos e materiais para fazer face. Estas características levam a que estes Estados careçam de apoios e cooperação internacional na Monitorização, Vigilância e Controle (MCS, na sigla em inglês) das suas

águas. Tal como em Cabo Verde, a pesca artesanal e de subsistência traz um importante aporte proteico às comunidades costeiras.

1.3. Gestão dos recursos haliêuticos

Ao considerar os recursos haliêuticos como bem a capitalizar para desenvolvimento, o INDP (2001, p. 20) define-os como recursos naturais vivos que se encontra na ZEE de Cabo Verde, espécies marinhas animais ou vegetais, objeto de atividade de pesca, e que se confinam a redor de todas as ilhas; indica que a sua maior concentração se regista nas plataformas das ilhas de Boavista, Maio, Sal, S.Vicente e S.Nicolau.

As ilhas de Cabo Verde foram categorizadas por Roberts et al. (2002) como um dos dez *hot-spots* (pontos quentes) da biodiversidade marinha e centros prioritários para ações de conservação dos recifes tropicais, estando em segundo lugar, no lado oriental do atlântico. Isto significa que se encontra entre os mais ricos centros de endemismos, pois no contexto global, a pouca contribuição em termos de área dos recifes de corais mundiais (15,8%) alberga entre 44,8 a 54,2% das espécies de distribuição restrita.

(Lopes, Freitas, & Silva, 2014, p. 53)

Se este bem, no passado, quando o país se autonomizou da governação conjunta com Guiné- Bissau, era considerado abundante e sub-explorado, segundo o INDP (2001, p. 25), em 1985 “considerava-se uma relativa abundância dos recursos haliêuticos, com uma biomassa estimada em 100.000 toneladas, entre espécies demersais, pelágicas costeiras, túnídeos e lagostas de profundidade, o que globalmente dava um potencial de captura entre 42.800 e 46.800 toneladas, no entanto, a captura real era de apenas 21% do potencial existente.” Talvez ainda inacessível, devido à escassez e fragilidade das embarcações - em 1985 o país contava com 69 embarcações de pesca industrial registados, caracterizando-se pelo comprimento de 7 a 39 metros, tonelagem de arqueação bruta não superior a 25 toneladas, na sua maioria atuneiros e lagosteiros, bastante obsoletos, com fraca capacidade de aprovisionamento de combustível, água ou gelo. Nesse ano, as capturas foram efetuadas na região do barlavento, pelas unidades de pesca industrial, atingindo as

2916 toneladas, constituído na maioria por tunídeos (2777 toneladas), seguido de pequenos pelágicos (79 toneladas) e lagostas (60 toneladas), segundo o relatório do INDP (2001, pp. 27-28, cit. I Encontro Nacional de Pesca Sustentável).

Considerando o potencial haliêutico de Cabo Verde representado:

Tabela 1 Potencial haliêutico e disponibilidades por grupos de espécies

Recursos	Potencial * (toneladas)	Captura Média (90-2001)	Disponibilidade
Tunideos+Serra	25 000 – 30 000	3 430**	21 570 – 26 570
Pelágicos costeiros	2500 – 6 500	3 100	1 400 – 3 400
Demersais	2000 – 5 000	950	2 050 – 4 050
Lagosta rosa	50 – 75		
Lagosta verde	40		
Total ZEE	32 590 – 41 615	7 539	25 051 – 34 077

Fonte: Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP), 2001

Perspetivar o desenvolvimento a partir da exploração desses recursos só pôde ser possível mediante apoios da cooperação internacional, inicialmente, através de donativos, empréstimos a condições mais vantajosas, que tiveram como consequência vários projetos de desenvolvimento das pescas, procurando maximizar resultados globais da pesca como atividade produtiva primária de importância sócio-económica relevante. (INDP, 2001, p. 4)

Consideram-se os recursos mais importantes os tunídeos, representados pelo gaiado, albacora, patudo, merna e judeu; os pelágicos costeiros representados pela cavala e o chicharro. Até 1996 considera-se que “os recursos haliêuticos vêm a ser explorados abaixo do seu potencial estimado”, abrindo-se por isso este setor, oportunidade a ser explorada, ao investimento estrangeiro, estando em presença um vasto corpo de atores, serviços centrais e operadores, stakeholders no sistema de desenvolvimento do mesmo.

A grande riqueza de peixes demersais de interesse comercial pertencentes às famílias Pomacentridae, Scaridae, Muraenidae, Labridae e outras afins do ambiente recifal, tem garantido o aporte de proteína animal à população residente nas ilhas, principalmente as comunidades próximas do litoral. Algumas das espécies com maior interesse pesqueiro são: *Sparisoma cretense* (Bidião), *Diplodus prayensis* (Sargo salema), *Diplodus sargus lineatus* (Sargo branco) e *Spicara melanurus* (Dobrada) comuns nessas comunidades, com abundância representada tanto por estados juvenis bem como por adultos. Além dos

peixes, somam-se os invertebrados, nomeadamente as lagostas, o búzio-cabra e os polvos.

(Lopes, Freitas, & Silva, 2014, p. 54)

As fraquezas antevistas são a deficiente qualificação, falta de organização socioprofissional e gestão deficiente das infraestruturas portuárias já existentes (INDP 2001, p. 23). No entanto após abertura do setor, entrada na OMC em 2008, os recursos haliêuticos têm sido erodidos, suscitando preocupação. No PEDS 2017-2021 de Cabo Verde lê-se:

O estado atual do ambiente em Cabo Verde caracteriza-se pela prevalência de forte pressão sobre a exploração e a utilização dos recursos naturais em diferentes domínios, pondo em risco a capacidade dos sistemas ambientais para disponibilizar, a prazo, as funções e serviços ambientais para a sociedade e para a manutenção dos ecossistemas, carecendo assim as medidas e resposta e de estratégias particulares, inclusive da sociedade civil.

(Governo de Cabo Verde, s.d., p. 37)

Nos capítulos VI e IX do Acordo de Cooperação e Pescas entre CV e UE é atribuído a Cabo Verde o poder de fiscalização da quantidade e qualidade do pescado. É preconizado no artigo 22º do Decreto-Legislativo de 2/2020 de 19 de março a “Negociação de acordos ou contratos de acesso”, onde se deve ter em conta a observância de normas e dos princípios do direito internacional em matéria de proteção dos ecossistemas marinhos e da conservação dos recursos haliêuticos.

Para uma definição do significado de acordo de pesca ou de acesso, lê-se no Decreto-legislativo n.º 2/2020 de 19 de março que “«Acordo de acesso», o acordo concluído com estados terceiros ou com organizações internacionais intergovernamentais, permitindo o acesso à pesca nas águas marítimas nacionais por embarcações de pesca estrangeiras e acesso à pesca nas áreas marítimas de um estado terceiro para embarcações de pesca nacionais. (...) e «Contrato de acesso», o contrato com associações de pescadores, através do qual se estabelece os termos de acesso à pesca nas águas marítimas nacionais de embarcações de pesca estrangeiras ou nas zonas marítimas de um Estado terceiro para os navios de pesca nacionais que forem identificadas ou enquadradas no referido acordo;”

As negociações devem incluir nomeadamente:

- número e características técnicas da embarcação, bem como o tipo de pesca e arte autorizada que pretende praticar;
- espécies-alvo e quotas autorizadas;
- áreas interditas em geral ou em relação a determinada arte ou espécie;
- modalidade, montante e formas de pagamento das taxas e contrapartidas;

a obrigatoriedade de:

- embarcar um mínimo número de marinheiros nacionais;
- existência de instrumentos de monitorização contínua por satélite, compatíveis;
- receber e instalar observadores a bordo, nomeados pela entidade competente (em diploma próprio);
- cumprir com informação e documentação regulamentares para monitorar as pescas
- desembarque na totalidade do pescado em porto nacional para fiscalização, ou na falta de infraestruturas adequadas, a inspeção no porto designado no fim da faina;
- o estado de bandeira ou organização adotar medidas apropriadas para garantir o cumprimento dos termos e condições do acordo;
- a possibilidade de, a pedido, parte do pescado servir para abastecer o mercado interno.

O pleno cumprimento de parte da obrigatoriedade em empregar mão de obra nacional e embarcar observadores nacionais a bordo é questionável, segundo testemunho de um agente entrevistado, tendo formação específica de Mestre Costeiro, promovida pelo Ministério do Mar, capacitado para ser observador em bordo das embarcações com pavilhão de países parceiros.

“Quando uma entidade internacional faz contrato com Cabo Verde para fazer determinado tipo de pesca, então deve empregar um agente cabo-verdiano, um observador de bordo, tipo fiscal. Em Cabo Verde eu e mais colegas temos formação: sou formado em tecnologias de pesca, faço armação de rede, sou formado em tecnologias de pescado, faço conservação de peixe, sou formado em biologia marinha, conheço tipos de algas, sou formado como observador de bordo, e hoje posso estar dentro de barcos

internacionais que fazem pesca em Cabo Verde, que tem toda a autoridade para colocar observadores de bordo nos barcos internacionais para fiscalizarem o tipo e quantidade de pesca que é praticado. Há dezasseis anos que tenho o curso de observador de bordo, mas nunca trabalhei nesta área. Tenho uns quantos colegas que fizeram esta formação... é... não entendo...! Só na época de 1992 até 1997 é que tenho conhecimento do trabalho de observador de bordo. “ Excerto de entrevista a pescador de Ribeira da Barca, transcrita em anexo n.º1.10

Segundo a Comissão Sub-Regional das Pescas (2016), a gestão dos recursos está definida no Plano de Gestão dos Recursos Haliêuticos (PGRP), que envolve a exploração durável, a prevenção e a proteção do ambiente marinho. O PGRP reflete as orientações das políticas setoriais inscritas no Programa do Governo em vigor, na Carta de Política Setorial das Pescas e no Documento de Estratégia de Crescimento e de redução da Pobreza (DSCR), visando a exploração racional e planificada dos recursos haliêuticos, o reforço das capacidades empresariais e a competitividade, o aumento da produção nacional, a diminuição do défice da balança comercial, a segurança alimentar, a qualidade dos produtos da pesca e a criação de empregos. De acordo com o programa de pesca e consumo sustentável do Projeto Biosfera, cuja implementação decorre desde 2019 (Biosfera Cabo Verde, 2019), a estimulação ao consumo de peixe de menor valor comercial incentiva a sua captura pelos pescadores, o que contribui para dar mais tempo às espécies mais exploradas.

Para além disso, a capacidade de Cabo Verde fica aquém para vigiar e controlar tão grande área da sua ZEE. A adoção das políticas macro tem conflituado com as políticas públicas que tendem em defender a população costeira mais vulnerável, de acordo com as recolhas feitas nas publicações do jornal cabo-verdiano Expresso das Ilhas. Internamente o Governo tem promovido debates, cumprindo como o legislado - consultas para definição de plano de gestão, e no que diz respeito às recomendações vindas a nível supra e transnacional; é eloquente na afirmação de fragilidades e constrangimentos com que se deparam os cidadãos cabo-verdianos que vivem diariamente do mar (Expresso das Ilhas, 2018). O secretário de Estado da Economia Marítima de Cabo Verde, em entrevista ao jornal Expresso das Ilhas, no âmbito das comemorações do Dia do Pescador Cabo-verdiano a 5 de fevereiro de 2021,

apontou como “fragilidades, a fraca rede do frio e congelação, deficiente organização e representatividade das estruturas associativas, elevados custos operacionais de produção e que torna pouco rentável a atividade” e como “constrangimentos do setor o facto da frota estar envelhecida e a navegar em condições de operação deficientes, para além da limitação de stocks, da capacidade de armazenagem e do baixo nível de escolaridade e formação dos profissionais do sector.” Estas fragilidades já tinham sido escrutinadas e tiveram direito a respostas pontuais como: o apoio de peritos em pescas da União Europeia a Cabo Verde na revisão da lei sobre pesca ilegal (Expresso das Ilhas, 8 de out 2019); “Cabo Verde candidata-se a membro da Iniciativa de Transparência nas Pescas” (Expresso das Ilhas, 14 fev 2020), pois “reconhece que os recursos haliêuticos foram sempre explorados, além dos níveis sustentáveis, intransparente e não inclusiva, por frota nacional e estrangeira”, informação corroborada pelo estudo Coerência do Instituto Marquês de Valle Flôr (2010)

Mesmo assim as dificuldades são recorrentes. “Redução da captura leva APESC a pedir plano de mitigação” (Expresso das Ilhas, 28 de out de 2019); “Pescas: Pescadores querem melhores embarcações. Armadores destacam progressos no sector” (Expresso das Ilhas, 13 de fev de 2021), Luís Andrade, presidente da Associação de Pescadores de S. Pedro, em S. Vicente, adianta que “Era útil termos uma embarcação com uma dimensão maior, 25 a 30 metros, onde se pode ir mais longe para pescar, poder levar mais pescadores. Seria mais útil para a associação ou para individuais, criar uma cooperativa ou sociedade. Seria útil para a nossa comunidade, porque são muitas embarcações de boca aberta que ficam no mesmo lugar. Precisamos de explorar outros recursos, noutros bancos, que nos levem a ficar mais dias no mar”. Apesar da vasta ZEE os pescadores cabo-verdianos não conseguem usufruir em pleno da sua riqueza (não conseguem avançar por mar alto, as embarcações estão desatualizadas e são de “boca aberta”), ficando muitos dos recursos haliêuticos na disposição de frota estrangeira, que Cabo Verde não está a ser capaz de controlar. O apoio externo, como exemplo “Santiago Norte: 195 peixeiras e 90 pescadores beneficiados por projeto financiado pelos EUA” (Expresso das Ilhas, 12 fev 2021) apoio dos EUA intitula-se “Projeto Promoção de Pesca Artesanal e Marketing”, numa perspetiva que não constitui concorrência direta, nem sequer belisca os interesses pesqueiros de nações que pescam no vasto mar de Cabo Verde. Então, ao não deter de facto o controlo do sistema extrativo,

o Cabo Verde soberano, mas dependente, está a hipotecar a sua autonomia de desenhar e implementar políticas próprias de desenvolvimento.

Em resposta a estes problemas levantados, o Estado tem respondido com medidas de mitigação, como por exemplo, as implementadas durante o período pandémico:

No âmbito da Economia Azul, (Governo de Cabo Verde, s.d.) o Orçamento de Estado apresentado para 2023 preconiza apoio às comunidades piscatórias e criação de infraestruturas de natureza social; Linha de crédito para a modernização e adequação a frota nacional, industrial, semi-industrial e artesanal; Conclusão do porto de pescas do Tarrafal S.Nicolau; Investimentos na reabilitação das instalações e equipamentos de reparação naval da CABINAVE; Terminal de cruzeiros do Mindelo, que já está em construção; realização de estudos técnicos para investimentos no quadro da ZEEM-SV : Zona Económica Especial Marítima de São Vicente, promulgada em 17 de setembro de 2020 (Conselho de Ministros, 2020).

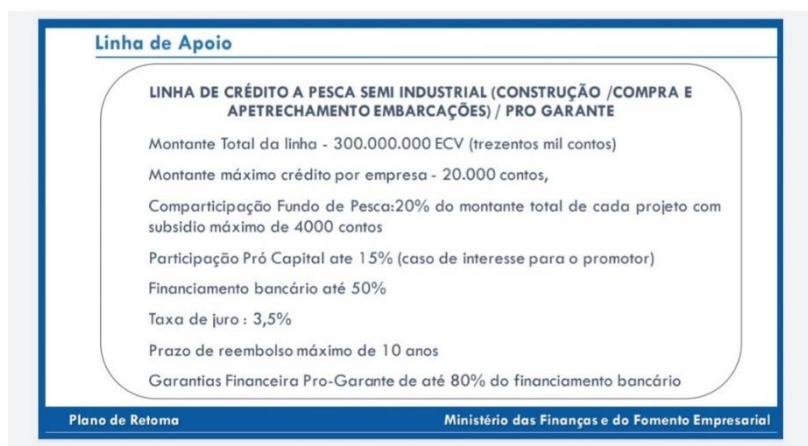


Figura 4- slide de apresentação do Plano de Retoma COVID

Fonte: apresentado pelo Governo de Cabo Verde, Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial de Cabo Verde, 2022, relativo à Linha de crédito a pesca semi-industrial.

Segundo as Sustainable Development Report (2022, p. 141), no que concerne à ODS 14 – Vida subaquática, os dados de 2018 referem que o peixe capturado de stocks superexplorados ou esgotados é 0,4 % da captura total, peixe capturado por arrasto ou

dragagem 55.3%, valores que implicam um desafio significativo à gestão da prática de pesca, os peixes capturados que são descartados 6,6%, valor com tendência constante. Embora as estratégias de mitigação e de apoio às populações que praticam pesca de subsistência positivas para a população, pois respondem às suas reivindicações, se a sustentabilidade dos recursos não for bem cuidada, estas medidas não terão o impacto desejado.

Cabo Verde partilha com Guiné-Bissau com um passado histórico, lutaram juntos pela libertação do jugo colonial, conquistaram em conjunto a independência (com datas de reconhecimento diferentes), mantendo-se sob o mesmo governo PAIGCV- Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde até 1980.

A economia cabo-verdiana tem vindo a contar com consideráveis alterações desde a sua independência. Segundo dados do Banco Mundial (Bank, 2022), o país testemunhou progresso económico significativo desde 1990, movido em grande parte pelo rápido desenvolvimento do turismo (25% do PIB), somado a um considerável desenvolvimento social, graças a políticas sociais robustas desde a década de 70. Deste mesmo progresso fala ex-chefe do Governo do Estado de Cabo Verde, atual Presidente da República, Dr. José Maria das Neves, quando enfatiza que Cabo Verde se ergueu, dando passos de “um Estado inviável para um Estado possível” (Neves, 2010, p. 11).

Cabo Verde é considerado País de Rendimento Médio (PRM), tendo graduado de País Menos Avançado (PMA) em 2007, com elementos que o configuram como país com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano⁸ (IDH) entre os demais países da costa Ocidental Africana. É tido como um país pacífico, seguro, democrático e transparente, com potencial tecnológico, que tende a diferenciá-lo dos parceiros da PEID e de pequenos países da costa ocidental africana. Fazendo uso dos seus recursos, Cabo Verde integrou a

⁸ O índice de Desenvolvimento Humano varia entre 0 (execrável) e 1 (excelente); é calculado segundo 3 indicadores: PIB por habitante; esperança de vida à nascença e nível de educação de crianças com menos 17 anos; classificação estabelecida para 189 países

Organização Mundial do Comércio⁹ (WTO, na sigla em inglês) em julho de 2008, sendo caracterizado nessa organização com *ACP, African group, G-90, Small, vulnerable economies (SVEs), Article XII Members, “W52” sponsors*, Grupo de países africanos menos desenvolvidos que aderiram à organização depois de 1995, de economias pequenas e vulneráveis, proponentes de modalidades nas negociações para denominação de origem de vinhos e bebidas espirituosas. Até 2019, Cabo Verde era considerado na região da África Subsaariana um dos campeões em termos de redução de pobreza, tendo sido o primeiro país africano a concluir em 2005 o primeiro compacto da *Millennium Challenge Corporation* (programa de ajuda dos EUA) e primeiro no mundo a ser eleito para um segundo compacto (Ferreira, 2011, p. 24).

Politicamente, o país é considerado estável, tendo sido governado por um partido único desde a cisão em 1980 até 1991, o PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde; o país tem sido governado em alternância de partido político. Atualmente o partido do Governo é o MpD.

2. Caracterização social do setor

Da análise dos Indicadores de desenvolvimento PEDS 2017-2021 (Governo de Cabo Verde, s.d.), extraem-se as seguintes informações que sustentam a caracterização de setor:

- a proporção de pessoas com menos de 15 anos e mais de 64 anos tende a diminuir e, por consequência cresce a proporção da população em idade de criar riqueza. Esta protuberância juvenil pode resultar em dividendos demográficos derivados das mudanças na oferta de mão-de-obra, poupança e capital humano e tanto pode criar oportunidades

⁹ A Organização Mundial do Comércio (OMC) surgiu em 1995. É sucessora do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) que fora estabelecido logo após a Segunda Guerra Mundial. É a única organização internacional global que trata das regras do comércio entre as nações. O objetivo é garantir que o comércio flua da maneira mais suave, previsível e livre possível (World Trade Organization). Importa referir que a OMC apoia a capacidade comercial dos seus estados-membros, que têm economias emergentes através de programas próprios e que atua como regulador nas transações comerciais.

que favorecem o crescimento económico e o bem-estar social das populações, como pode ampliar os desafios sociais, mormente ao nível da criação de emprego para jovens e mulheres, da segurança social e dos sectores da saúde e educação. Atendendo ao indicador de desigualdade no país, Índice de Gini, este é de 0,46, Cabo Verde é tido por país mediantemente desigual. Quando se analisa a desigualdade por meio de residência constata-se que na zona urbana (0,45) é mais intensa do que na área rural (0,39). O setor terciário é o principal gerador de emprego em Cabo Verde, com cerca de 61 em cada 100 empregados e o fenómeno é predominantemente urbano, com 72,6% do emprego. No meio rural, o setor primário gera 54 em cada 100 empregos, o que explica, em parte, a elevada incidência e a concentração da pobreza neste meio, tendo em atenção o nível de subemprego e os baixos rendimentos neste setor, predominantemente familiar e tradicional.

O V Recenseamento Geral das Pescas 2021, componente do projeto Harmonizar e Melhorar as Estatísticas na Africa Ocidental, financiado pelo Governo de Cabo Verde, através do Banco Mundial, teve como objetivo quantificar e caracterizar o universo de fatores de produção do sector das pescas à escala nacional, obtendo uma radiografia mais precisa do sector. Os últimos dados sobre o acervo das pescas datavam de 2011, daí a necessidade de serem atualizados. A realização do RGP 2021, visou a atualização dos indicadores do setor, por forma a definir melhores estratégias e políticas nesta área. Objetivamente, pretende quantificar e caracterizar as embarcações artesanais, semi-industriais/industriais e de recreio no país, conhecer o número total de armadores do setor das pescas, conhecer o número total de pescadores, operadores de pescas semi-industriais/industriais, tratadores de pescados, vendedores de pescados, inventariar todas as infraestruturas na área das pescas, obter uma base de amostragem para futuros inquéritos, num esforço de formalização - identificação e registo, amplamente valorizado por parceiros como a União Europeia.

Os dados do RGP2021 procedem de um levantamento exaustivo de informações de base, sobre as pescas, particularmente dos fatores de produção, realizado de 22 de Nov. a 7 de Dez. 2021, em todas as comunidades piscatórias, em todos os portos de armamento de embarcações de pesca artesanal semi-industrial e industrial e de recreio, e em todas as unidades de negócio e infraestruturas das pescas.

2.1. Análise dos dados até ao ano 2000 e dos levantados no V Recenseamento Geral das Pescas

Tabela 2- Evolução do emprego no setor das pescas

		1985	1995	2000	2011	2021
População total					s.d.	
Nº de pescadores	Artesanais	4258	5471	4283	s.d.	4062
	industriais	710	452	996	s.d.	1022
Peixeiras		1500	2100	3500	s.d.	1881

Fonte: INDP, 2001, p. 78 e V Recenseamento Geral das Pescas 2021

Na análise testemunhos deixados pelos agentes entrevistados, sublinham o que têm sentido: As comunidades de pescadores de pequena escala também são frequentemente afetadas por desigualdades nas relações de poder. Em muitos lugares, os conflitos com as operações de pesca em grande escala representam um problema, é cada vez maior a concorrência e a interdependência entre a pesca de pequena escala e outros setores (por exemplo, não podendo pescar na mesma zona, concorrem para o mesmo tipo de isco e a deslealdade na prática de pesca, quantidade e tipo de pescado torna a pesca artesanal cada vez mais incerta).

Os dados preliminares do V Recenseamento Geral das Pescas, apresenta a distribuição, por ilhas da pesca artesanal/ de subsistência.

Distribuição dos pescadores artesanais		
por ilhas	Valor	Percentagem
Brava	79	2
Santo Antão	541	17
São Vicente	427	13

São Nicolau	240	7
Sal	242	8
Boavista	130	4
Maio	112	3
Santiago	1143	36
Fogo	301	9
Total	3213	99

Fonte: RGP 2021

Tabela 3-Distribuição de pescadores artesanais

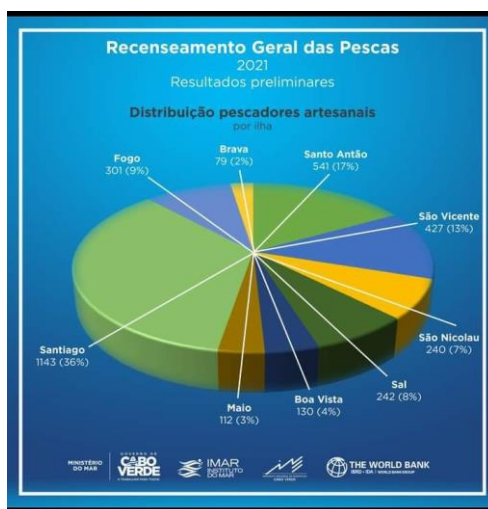


Gráfico 1-Distribuição de pescadores artesanais

Distribuição de operadores de pesca semi-industrial e industrial		
por ilhas	valor	Percentagem
Brava	12	1
Santo Antão	171	18
São Vicente	157	16

São Nicolau	102	11
Sal	63	6
Boavista	sd	Sd
Maio	sd	Sd
Santiago	443	46
Fogo	24	2
Total	972	100

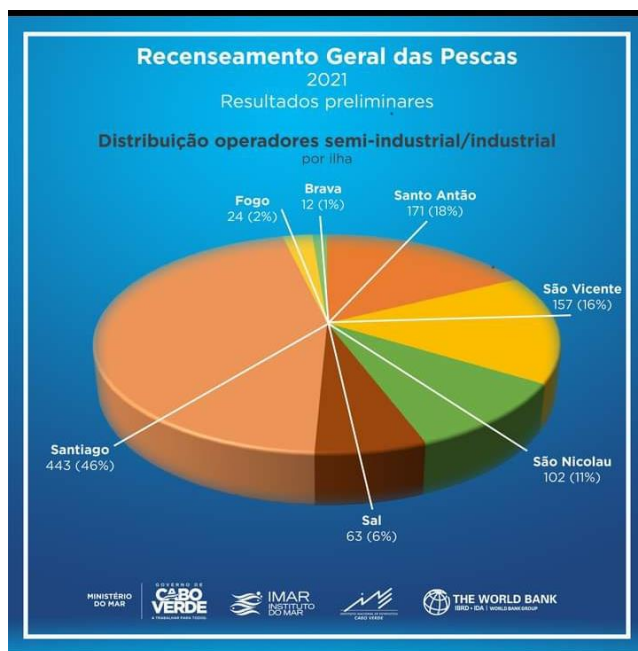
Tabela 4-Distribuição de operadores semi-industriais e industriais

Fonte: RGP2021

Verificando que a pesca artesanal é predominante na ilha de Santiago, mais densamente povoada e com maior número de cidades costeiras, a prática da pesca configura-se determinante para a economia local e manutenção das famílias.

No que concerne à pesca industrial e semi-industrial, operam com formalidade, outro volume e montante (como referido pelos entrevistados).

Gráfico 2 Distribuição de operadores semi-industriais / Industriais



Fonte: RGP2021

Verifica-se que na ilha de Santiago é contabilizado quase metade dos operadores inquiridos. A consideração desta percentagem de operadores poderia levar a crer que o setor produz bastante riqueza para a ilha, no entanto a taxa de desemprego continua bastante elevada e praticamente não se alterou desde o início do milénio¹⁰

Tabela 5-Distribuição de vendedores de pescado

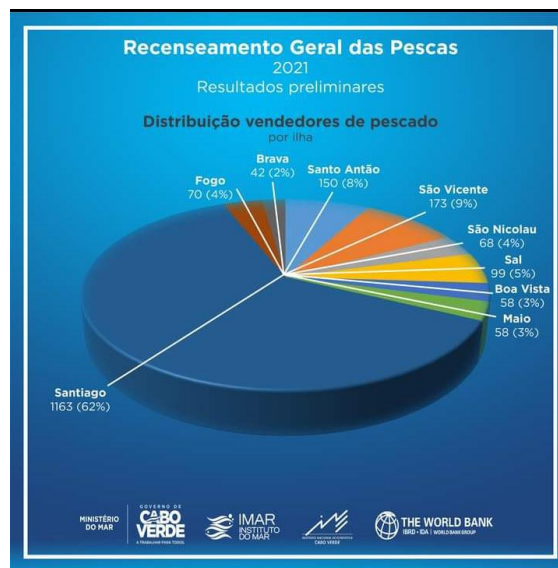
Distribuição de vendedores de pescado (RGP 2021)		
por ilhas	Valor	Percentagem
Brava	42	2
Santo Antão	150	8
São Vicente	173	6

¹⁰ Entre 1990 – 2021, variou entre 10.70% e 14.50%, com um pico de 21.40% e 16.8% em 2012, e 14,5% em 2020 (Trading Economics, 1990- 2021)

São Nicolau	68	4
Sal	99	5
Boavista	58	3
Maio	58	3
Santiago	1163	62
Fogo	70	4
Total	1881	97

Fonte: RGP 2021

Gráfico 3-Distribuição de vendedores de pescado



Fonte: RGP2021

O gráfico enfatiza novamente a ilha de Santiago, no empreendedorismo no setor das pescas. Porém, grande parte do volume é informal, trazendo ganhos volúveis para a economia da ilha, no entanto imprescindíveis para as famílias.

2.2. Setor informal

De acordo com as recomendações internacionais, o sector informal é definido como um conjunto de unidades de produção de bens e/ou serviços não agrícolas geridas por indivíduos que, em sua atividade principal ou secundária, são patrões ou trabalhadores por conta própria. ... O sector informal aparece, assim, como a principal fonte de ocupação e, portanto, de renda para muitas pessoas. O sector informal é constituído principalmente por unidades não registadas, sendo 9 em cada 10 Unidades de Produção Informal não têm nem número de contribuinte nem contabilidade formal. Estas UPI estão principalmente no segmento de economia invisível (desconhecida) da administração pública. (Módulo Sector Informal – 2015, INE, 2019, p. 8-10)

O documento Inquérito Multiobjetivo Contínuo, do Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde (2019, p. 75) discute a dinâmica das relações entre o sector informal e o Estado. Segundo este, a relação foi, na origem, marcada por litígios, pelo facto deste sector ser considerado como um sector de concorrência desleal perante o sector formal. Porém, o peso do sector informal na economia tem aumentado gradualmente, permitindo aliviar, em certa medida, o governo na problemática e assunto espinhoso de desemprego. Se por um lado ele permite a um grande número de indivíduos de exercer uma atividade, contribuindo para a redução do desemprego, por outro lado, a sua fraca contribuição nas receitas do Estado é o ponto de controvérsia entre o Estado e os promotores do sector informal. Esta discussão é importante para situar as pescas artesanais e de subsistência, valorizadas por permitirem aportes calóricos e nutricionais a populações mais vulneráveis, por na sua cadeia de valor trazer rendimento, e consistirem em uma atividade extrativa/produtiva defendida pelo Governo, como recomendado pela FAO e defendida na Meta 10.b da ODS 10, que juntos apelam ao

incentivo da assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais. (FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 2017).

O Programa Indicativo Multianual da cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde (Multi-annual indicative programme, 2021) apresenta as principais vertentes desse incentivo e assistência. No que diz respeito ao setor das pescas, promovem assistência técnica para melhorar a capacidade de gerir e monitorizar os recursos marinhos e das embarcações, incluindo na relação ao acordo de parceria entre a U.E - C.V. e convenções internacionais; Uma especial atenção será dada à aprendizagem ao longo da vida, a competências “verdes”- sustentáveis, como as sublinham ser o seu “modus operandi” os agentes que praticam pesca artesanal

Obrigatoriedade de receber e manter a bordo de agentes fiscalizadores, é indicado pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (2018) o seguinte:

Embarque de marinheiros

Durante a sua campanha de pesca na zona de Cabo Verde, os navios da União devem embarcar marinheiros cabo-verdianos, nos seguintes limites:

- A frota de atuneiros cercadores deve embarcar pelo menos seis
- A frota de atuneiros com canas deve embarcar pelo menos dois
- A frota de palangreiros de superfície deve embarcar pelo menos cinco.

Da frota europeia constam 28 atuneiros cercadores congeladores, 27 palangreiros de superfície e 14 atuneiros com canas, a serem distribuídos por Portugal, Espanha e França.

Os armadores dos navios da União devem esforçar-se por embarcar mais marinheiros cabo-verdianos. Cabo Verde deve manter uma lista dos marinheiros cabo-verdianos qualificados para embarcar em navios da União, cabendo ao armador, ou o seu agente, escolher livremente a partir dessa lista os marinheiros cabo-verdianos a embarcar e notificar a Cabo Verde a sua inscrição no rol da tripulação. A adoção coerente destas indicações poderia ter um impacto bastante positivo, embora que pontual, na população costeira que vive da pesca de subsistência, não só pela necessidade de formação ou validação de competências, mas também por gerar emprego com muito mais estabilidade e formalidade do que a pesca artesanal informal.

Embarque de observadores

O observador deve ser embarcado num porto escolhido pelo armador. Este último, ou o seu representante, deve comunicar às autoridades competentes de Cabo Verde antes do embarque, com um pré-aviso de dez dias, a data, a hora e o porto de embarque do observador. Segundo um dos pescadores entrevistados, que tendo feito formação pelo Ministério do Mar, para ser observador de bordo: " Conclui em 2001 o curso de Arrais de Pesca... o que é um Arrais de Pesca? Um arrais pode praticar pesca entre as ilhas de Cabo Verde. Eu, como arrais de pesca, sou responsável por levar um navio para porto seguro e para o porto de destino. Trabalho nas embarcações de 12 a 14 metros, onde conduzo cerca de 12 marinheiros, trabalhando 3 anos, em 2004, houve concurso em S. Vicente onde foram seleccionados 26 alunos para fazer o curso, o primeiro de Mestre Costeiro. O que é um Mestre Costeiro? Mestre Costeiro é um outro grau na área da navegação, seguido do de Arrais, mestre costeiro é mais alto que arrais. Como arrais pode-se navegar entre as ilhas de Cabo Verde, mas o Mestre Costeiro pode navegar até África, nos barcos de pesca, como órgão máximo dentro de um navio. Depois de 2004, vim para aqui, voltei para a Praia, até agora estou na (área da...) pesca, estou com 28 anos na carreira de pescas, porque comecei desde os meus 14 anos, tenho 20 anos de carreira como Mestre de Navegação, em que navego barcos para todas as ilhas. " excerto de entrevista transcrita em anexo n.º1.10

O Programa Indicativo multianual (MIP) conjunto da União Europeia e de Cabo Verde, (Verde G. d., Multi-anual indicative programme, 2021) *"evolving Special Partnership established between the EU and Cabo Verde (CV). The MIP reflects shared EU-CV interests and priorities,"* salienta os principais pontos onde o apoio da União Europeia se faz com mais relevância. Sublinha-se como prioridades a segurança, a mobilidade, os direitos de género investimento direto estrangeiro, apoio financeiro, o desenvolvimento da Economia Azul e o cumprimento de metas das ODS, considerados no PEDs e Ambição 2030 de Cabo Verde. Para além de apresentar uma grelha de intervenção e as áreas definidas, apresenta linha base e principais objetivos a alcançar, bem como uma matriz dos principais doadores e alocações por setor. O programa deixa claro que o desenvolvimento de Cabo Verde tem encetado só tem sido possível com o apoio da União Europeia, que não deixa de manifestar

interesse geoestratégico no país, e nesta dinâmica, os laços históricos, culturais, e noutros domínios que tem com Portugal são requeridos para estreitamento da relação. Em relação à Economia Azul, considera-se o potencial significativo da exploração desse recurso- o Mar, sublinha-se o apoio numa abordagem abrangente à gestão eficiente e sustentável dos recursos, incluindo as dimensões de conservação, comerciais e turística.

A consequência do intercâmbio desigual é transferência de valor do país menos favorecido (Cabo Verde) para o mais favorecido (UE), que neste caso, o peixe, deixa uma parte da população sem acesso ao mesmo, encarece o preço no mercado local e causa perplexidade face ao valor de exportação/exploração autorizado pelo acordo de parceria de pescas aos armadores da EU (0.05 euros o kilo, conforme resulta do cálculo aritmético do nº 4 do artigo 4 da revisão do acordo para 2019-2024).

2.3-Políticas de apoio a operadores de Pesca artesanal e de subsistência

Atendendo à consideração de vulnerabilidade das comunidades pesqueiras de pequena escala, que vivem da pesca de subsistência, a FAO (FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 2017, p. x) afirma a interdependência entre a pesca de pequena escala e outros setores. Estas vulnerabilidades terão eco na voz dos próprios pescadores, peixeiras e agentes que praticam pesca artesanal de subsistência, na terceira parte deste trabalho.

Analisando o impacto das políticas de pesca na população do setor, o Estado prepara um conjunto de medidas para mitigar estas vulnerabilidades, no cumprimento das suas funções enquanto Estado Soberano, algumas definidas no documento de Orçamento de Estado, outros como programas. Estas medidas são sustentadas economicamente por capital advindo do acordo de pescas.

Os principais programas implementados e em implementação, segundo a página de Facebook do Ministério do Mar de Cabo V, em anexo 3.1 e 3.2:

- Linha de crédito à pesca semi-industrial para construção e apetrechamento de embarcações;

- Incentivos à pesca artesanal;

Atividades apoiadas: aquisição de motores fora de bordo; reparação de motores fora de bordo; reparação e conservação dos botes; aquisição de malas térmicas; aquisição de arcas frigoríficas; aquisição de kit de mergulho; aquisição de kit de segurança. Embora se demonstrem agradados com tais apoios, os agentes entrevistados dão conta da demora da sua aplicação, criticando estar condicionada ao calendário eleitoral.



Figura 5-Colocação de fibra de vidro no bote

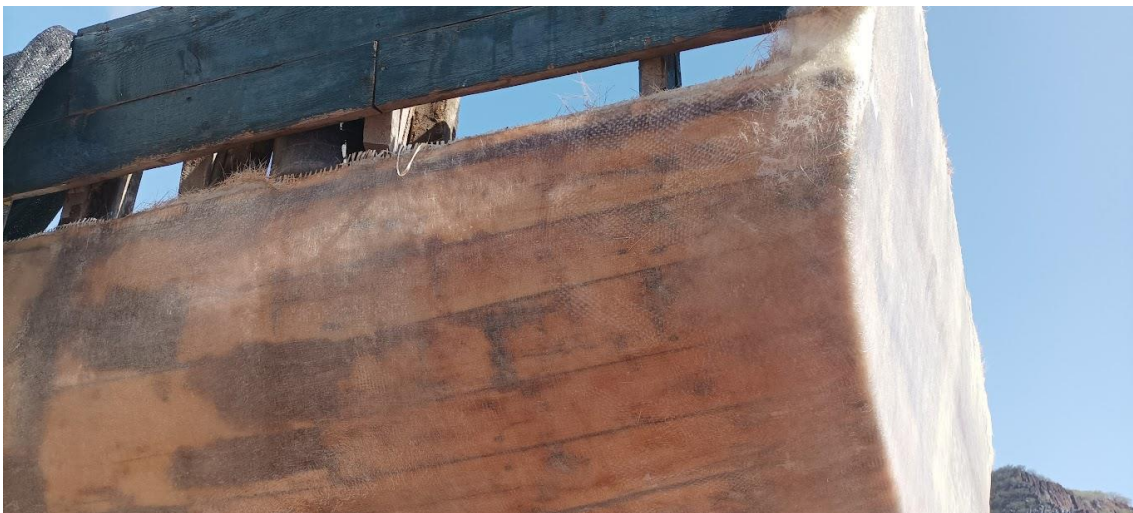


Figura 6-Embarcação com camada de fibra de vidro



Figura 7-Bote de pesca artesanal com motor fora de bordo



Figura 8 e Figura 9-Mulheres “rabidantes” a aguardar a chegada do bote e distribuição de peixe no mercado informal de peixe em Calheta, São Miguel



Figura 10- Bote com peixe “dobrada”, pargo, dourada, peixes de menor biomassa e menor valor comercial, da família das Pomacentridae, Scarida, Labridae

A identificação por notação científica dos peixes faz-se por referência ao Catálogo dos peixes do Arquipélago de Cabo Verde (Reiner, 1996), guia que tem como objetivo ser fonte de informação a quem se interesse pelas pescas e fauna ictiológica do arquipélago de Cabo Verde. Muitos dos peixes ósseos classificados constituem objeto de capturas no arquipélago, pelo que a identificação correta das espécies capturadas é importante para qualidade dos dados estatística do INDP, planificação adequada e gestão dos recursos marinhos.



Figura 11-Exemplo de budião e outra espécie de peixe



Figura 12-Pequena armadora escolhe gaiado para pesar e vender



Figura 13-Pequena armadora pesa gaiado, peixe da família dos tunídeos



Figura 14- pormenor de atum

Público-alvo: agentes de pesca artesanal com licença de atividade e registo de embarcação; peixeiras; pequenas e médias empresas licenciadas, no ramo da distribuição; mergulhadores com licença de atividade.

Condições de financiamento:

Do montante concedido, num primeiro crédito, será reembolsado 50% do valor pelo beneficiário, sendo os restantes 50% a fundo perdido;

No caso de beneficiar de um segundo crédito, na mesma linha, será reembolsado 70% do valor pelo beneficiário e 30% a fundo perdido.

Atesta este apoio à pesca artesanal, por parte do Governo, a Publicação da Câmara de Santa Catarina, (Catarina, 2023), noticiando a entrega de 30 botes fibrados a pescadores de Porto Rincão e também a colocação de um guincho para ajudar a retirada dos botes do mar, vindos da faina. No entanto, na mesma página, são apresentadas algumas críticas, pela voz dos próprios cidadãos, das quais a mais relevante é:

- “Não digo que não se deva apoiar a pesca artesanal, mas, Cabo Verde deve apoiar a sua frota de pesca industrial e semi-industrial em vez de apostar na oferta de botes e motores de popa sempre que se aproximam as eleições. Devemos exportar peixe em conserva ou congelado em vez de dar licenças de pesca e ver os outros a levar os peixes. Exportar produtos de mar deve ser o objetivo.” Excerto de crítica feita por um cidadão na página do Facebook da Câmara Municipal de Santa Catarina.

O que este cidadão propõe é que Cabo Verde concorra autonomamente, com produtos e sub-produtos da pesca no mercado, contornando as fugas que acontecem ao longo da cadeia de valor, que tendem a diminuir o lucro da primeira linha de produção. O projeto Biosfera (Biosfera Cabo Verde, 2019) com o lema “Pesca e consumo sustentáveis” tem como pretensões promover a agregação de valor do pescado com técnicas sustentáveis, incentivar a população para o consumo de peixe adquirido com tais técnicas (de pesca artesanal) para assim contribuir para aumento da renda e melhoria de condições de vida de quem viva da pesca artesanal e de subsistência.

PARTE III-ESTUDO DE CASO

1. Caracterização do meio

Para este estudo de caso foram selecionadas as comunidades pesqueiras de Ribeira da Barca, Porto Rincão e Calheta São Miguel, todas elas na Ilha de Santiago. Estando já justificada o foco na Ilha de Santiago, optou-se por um afastamento periférico da cidade da Praia, capital do país, onde existe o maior porto da ilha e um maior volume de pescas e atividades conexas INDP; (2001). A teoria Centro-periferia iniciada no pós-guerra por pensadores e economistas da América Latina, como Raúl Perbisch, que influencia o economista Celso Furtado, atenta para fatores exógenos que poderiam determinar essa condição de sub-desenvolvimento na América Latina. Segundo esta teoria, existe uma periferia do mundo capitalista com estruturas produtivas duais, relações de produção pré-capitalistas que contrastavam com o desenvolvimento tecnológico e máxima renumeração

do capital encontrado nos grandes centros de economia mundial. A partir da ideia empiricamente fundamentada da deterioração dos termos de troca, com a desvantagem para os países produtores de bens primários, esta teoria considera discrepância de complexidade entre as estruturas produtivas e os níveis de acumulação centrais e periféricos, fazendo com que os preços dos produtos destinados à exportação de ambas as partes defiram substancialmente. A capacidade de importação na periferia, sob tais condições, sofre gradativamente maior corrosão devido à deterioração dos termos de intercâmbio, intensificando o – já problemático – desequilíbrio de seu balanço de pagamentos. Assim consolida-se a dependência externa/econômica. (Silva, 2021)

As comunidades de Porto Rincão e Ribeira da Barca pertencem ao Concelho de Santa Catarina. O concelho, conhecido como Santiago Norte e tido como concelho mais pobre da ilha de Santiago, conta com 37982 habitantes, 17943 do sexo masculino e 20039 do sexo feminino. Mais de 50% da população, em ambos os sexos, tem menos de 30 anos, segundo Recenseamento Geral da População e Habitação (2020). Do total de indivíduos com mais de 6 anos, 28741 sabe ler e escrever e 4517 não sabe, sendo o número de mulheres maior do que o dobro o número de homens que não sabe ler nem escrever. 4067 indivíduos nunca frequentaram a escola. Do total 30073 pessoas em idade ativa, 837 indivíduos encontram-se na situação de desempregado, sendo mais de 50% com idades compreendidas entre os 20-29 anos. Do total de empregados, 13843 indivíduos, a maioria trabalha por conta própria, sem pessoal ao serviço (5523), seguido de setor empresarial privado (3922) e administração pública (2176). A sede é a cidade de Assomada, cidade interior, pólo comercial, que concentra os principais serviços públicos e privados – Mercado Municipal, Hospital Regional, Tribunal, Liceu Amílcar Cabral, pólo da Universidade de Cabo Verde, Bancos, Centro de Telecomunicações,

A comunidade de Ribeira da Barca dista a 16 km a noroeste da cidade de Assomada, trata-se de uma pequena vila piscatória e situa-se numa pequena baía. Apesar da principal atividade económica da vila ser a pesca, a extração de inertes na orla marítima constitui outra atividade produtora de renda para as famílias, mas tem vindo a desencadear desequilíbrios nos ecossistemas costeiros levando à perda de habitats marinhos. (Plácido & Alves, 2021). Segundo as estatísticas de 2010, a vila tem 450 agregados familiares,

maioritariamente com nível de conforto considerado médio. A vila possui serviços públicos como escola de 1.º ciclo, Centro de Saúde, Central de Dessalinização de Água, um porto rudimentar de pesca, uma infraestrutura de conservação e transformação de pescado, fechado desde 2005. Tem cafés, pequeno comércio. Vêm-se moradias de 3 andares, pertencentes a emigrantes. A praia, rochosa, de areia escura não é convidativa, mas segundo populares, banhos de areia quente daqueles lados têm efeitos terapêuticos sobre doenças articulares. Nesta comunidade, o flagelo da recolha de inertes para construção civil (apanha de areia do fundo do mar) traz riscos para as pessoas, sobretudo mulheres, que mergulham para que lhes sejam colocados a areia nos baldes, que transportam fora de água e de sustentabilidade ecológica. As pessoas fazem-na por razões financeiras, quando a agricultura e a prática da pesca não são suficientes para a gestão económica familiar.

Na localidade de Porto Rincão, segundo as estatísticas de 2010, existem 183 agregados familiares, com 62 indivíduos do sexo masculino e 121 do sexo feminino. O nível de conforto habitacional aferido é maioritariamente menor do que médio (mais de 60%), considerando nível de conforto do agregado familiar, densidade habitacional, tipo de alojamento, valor da renda, acessos: a água, eletricidade, saneamento, bens equipamento e serviços, nível de instrução do representante do agregado familiar, revestimento da casa.

Porto Rincão aldeia na ilha do Santiago, a Concelho de Santa Catarina, a 7 km a sudoeste de Assomada em Cabo Verde. Localiza-se 70 km noroeste do capital de Cabo Verde, Praia. Segundo Censos 2020, conta com 2789 residentes, com 1330 do sexo masculino e 1459 do sexo feminino (Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2020).

O Município de Calheta, São Miguel, fica situado na região nordeste da ilha e tem 90,2 km² de superfície, onde a maioria da população reside no meio rural (73%). Das 23 localidades que a compõe o município, a Cidade da Calheta, composta pelos povoados de Calheta, Veneza e Ponta Verde, é o único centro urbano do Concelho. Dista 40 Km de Praia, capital do País, faz fronteira a Este com a orla marítima e com três outros Municípios com os quais partilha algumas infraestruturas comuns: Tarrafal a Norte, Santa Cruz a Sul e Santa Catarina a Oeste.

A economia do concelho assenta basicamente na agricultura, praticada em regime familiar nas propriedades irrigadas, essencialmente ao longo das ribeiras. A par dessa produção existem cerca de 50 produtores agrícolas de sequeiro. A agricultura mais praticada é a de sequeiro, sendo o milho, os feijões (pedra, bongolon e congo), a batata-doce e a mandioca as culturas de regadio predominantes. Condicionada principalmente pela quantidade de precipitação, no sequeiro, os rendimentos são baixos e as produções bastante aleatórias. Apesar de sucessivos anos de seca, a agricultura continua a ser o setor que absorve a maioria da população ativa (61%), o comércio ocupa cerca de 11%, e a construção 9%. À semelhança do que vem acontecendo em todo o país nos últimos anos, o concelho de São Miguel vem-se confrontando com sucessivos anos de seca ou de escassa precipitação. Grandes extensões de terrenos cultiváveis estão desaproveitadas por falta de água, e ao mesmo tempo, a água destinada ao consumo exhibe um elevado grau de salinidade. (Concelho de S. Miguel Inventário dos Recursos Turísticos , 2013, p. 15)

Para gestão das dificuldades que a população mais vulnerável enfrenta, a Dr^a Dirce Varela, Secretária Executiva da Plataforma das Organizações da Sociedade Civil, em entrevista ao programa *Nha Tera, Nha Cretcheu*, da RTP África de 22 de maio (Varela D. , 2022) enfatiza a desigualdade regional em Cabo Verde e defende que é necessário considerar cada cidadão um ator participativo nos projetos de desenvolvimento. No que concerne ao desenvolvimento sustentável a Secretária Executiva considera que o desafio deve ser levado a cabo numa dinâmica *top-down*, partindo dos decisores, equipa governativa, para as comunidades, para que se promova a equidade, como aliás preveem as ODS. Falta implementar esta visão com a atividades de todos os setores da sociedade: público, privado e sociedade civil, contando com as organizações de base comunitária, explorando o que o território tem para oferecer. As políticas públicas têm de ser eficientes e eficazes para promover o desenvolvimento do território. Aqui entra o papel das Câmaras Municipais e órgãos de gestão de proximidade. Ir ao encontro das pessoas, no seu contexto e torná-las atoras na tomada de decisões que impactam ou influenciam de alguma forma as suas vidas é um ganho a considerar.

2. As pescas vistas pelos seus atores diretos

O setor pesqueiro é feito de homens e de mulheres, que diariamente dão o seu contributo para os 80% da exportação de bens, e para o sustento das famílias caboverdianas.

IMAR dez 2022

2.1. Crítica às Entrevistas como metodologia de recolha de dados

A metodologia selecionada para entender como é visto o setor das pescas pelos seus agentes diretos, no que corresponde à pesca artesanal de subsistência é a entrevista, pelo que neste ponto justifica-se a sua pertinência como instrumento de recolha de dados.

Como crítica à metodologia de estudo selecionada, recolha de dados através de entrevistas presenciais, estas definem-se como

técnica em que o investigador se apresenta em frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. (...) a entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca dos que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões acerca das coisas precedentes.

(Selltiz et all., 1967, p 273 cit. Gil, 1999, p. 117).

De acordo com o leque de vantagens apontadas por Gil (1999, p. 118), na entrevista é possível obtenção de dados referentes a diversos aspetos da vida social; obtenção de dados acerca do comportamento humano, dada a possibilidade de também ser realizada a leitura da comunicação não-verbal e proxémica; os dados são passíveis de tratamento qualitativo e quantitativo; não exige a escolarização dos entrevistados; há possibilidade de adaptabilidade e flexibilidade, para que se esclareça o significado das perguntas e possibilita a que sejam dadas um maior número de respostas, mesmo para além das diretamente formuladas. No entanto é uma metodologia com as suas limitações, relacionadas com os sujeitos/participantes na acção: falta de motivação do entrevistado na resposta às questões, falta de compreensão do significado das perguntas, fornecimento

de respostas falsas, consciente ou inconscientemente, inabilidade do entrevistado para responder adequadamente. Para além destas limitações, uma vez que a metodologia de recolha de dados – entrevista, é relacional, há questões éticas que se colocam. Genard & Escoda (2019, p. 18) problematizam esta questão, ao referir questões éticas que a imersão dos sociólogos na realidade social da pesquisa levanta, sendo estas a nível estético, no primeiro sentido deste termo, aquele que se refere à sensibilidade, às emoções, aos afetos. (...), pois independentemente das questões éticas que a metodologia entrevista coloca, o sociólogo não deixa a de ser uma pessoa moral quando pratica a sua disciplina. O imperativo da “neutralização axiológica” é necessária aos esforços de objetivação, apesar dos dilemas morais, simpatias/antipatias ou mesmo éticos com os quais o entrevistador poderá ser confrontado. Tecidas estas considerações sob a forma de cautelas a ter na aplicação de metodologia entrevista enquanto forma de recolha de dados, considera-se ainda assim a metodologia mais coerente a aplicar, tendo em conta os objetivos do estudo e mais consentânea com a caracterização e o imperativo de participação dos entrevistados, como agentes no processo de investigação.

2.1.1.-Tabela síntese Entrevista Pescadores

Foram entrevistados 5 pescadores nas comunidades de Porto Rincão e Ribeira da Barca, mediante guião em anexo 1, apresentando-se a seguinte síntese das mesmas

Tabela 6- Síntese Entrevista Pescadores

	Pescador1 – entrevista 1.3	Pescador 2– entrevista 1.4	Pescador 3 – entrevista 1.5	Pescador 4 – entrevista 1.6	Pescador 5 – entrevista 1.7
Idade(Questão 2)	57	33	54	62	57
Contexto socio-familiar (Questão 4)	situação marital com filhos e netos, cabeça de casal	situação marital com filhos, cabeça de casal	situação marital com filhos, cabeça de casal	situação marital com filhos e netos, cabeça de casal	Vive com a filha e três netos; responsável de família
Formação, escolaridade, profissionalização (Questões 3,5,6)	2.º ano, 1.º CEB Pesca desde a adolescência	11.º ano, secundário Pescador há 5 anos	2.º ano, 1.º CEB Pesca há mais de 30 anos, aprendeu com irmãos	Não escolarizado Pesca desde a adolescência Aprendeu com o pai	2.ª classe, 1.º CEB, pesca há cerca de 40 anos; aprendeu com um primo e amigos

	Aprende com irmãos	Aprende com amigos			
Situação fiscal, associativismo e de segurança social (Questões 7, 13, 14)	Não faz descontos; paga licença do bote; associado há cerca de 12 anos	Não faz descontos; paga licença do bote; associado há cerca de 10 anos	Associado; Não faz descontos para segurança social, Paga imposto sobre autorização de pesca.	Não faz descontos; associado, nem para segurança social, membro fundador.	Não associado; Não faz descontos para segurança social.
Situação laboral e rendimentos (Questões 8, 9, 15)	Pesca ao redor de Santiago na embarcação do filho; Tem tido rendimento, ante busca diária;	Pesca em Rincão, Tarrafal; Não tem embarcação; Tirar rendimento está a ser difícil, com o preço do combustível a aumentar.	Pesca em Rincão, Tarrafal, Praia; Tem embarcação; Tirar rendimento está a ser difícil, com o preço do combustível a aumentar.	Pesca na zona de Rincão; tem embarcação própria; O rendimento tem sido pouco, por isso tem trabalhado na recolha de inertes.	Pesca individualmente, com espingarda; dá para o rendimento da casa, faz pesca conforme a necessidade (duas a três vezes por semana), sem pressão.

<p>Produto, acondicionamento, entrada no mercado (Questões 10, 11, 12, 19)</p>	<p>Pesca até 5 milhas; Atum, agulhão, garoupa, moreia Mulher rabidante vende o peixe; câmara de frio não funciona, há risco do peixe se estragar.</p>	<p>Pesca até 5 milhas; Atum, bidião, cola... Vende a mulheres rabidantes que revendem o peixe;</p>	<p>Pesca até 7 milhas; Atum, garoupa, fatxo, polombeta, branqueira, cola... Vende a mulheres rabidantes que revendem o peixe;</p>	<p>Até 6 milhas; atum chicharro, salmonete, papagaio, moreia, garoupa; A mulher leva e revende; não há câmara de frio em Ribeira da Barca.</p>	<p>Pesca até 4 milhas; pesca bidião, garoupa, esmourogal, lagosta, polvo, moreia; a filha revende o peixe; há necessidade de câmara de frio não funciona, há risco do peixe se estragar.</p>
--	---	--	---	--	--

<p>Apoio do Estado e principais desafios (Questões 16, 17,18, 20,)</p>	<p>Estado não apoia com nada. Precisam de apoio no custo do combustível, de arrastador, um cais em condições.</p>	<p>Apoio pouco visível; precisa de apoio no combustível; vida de dificuldades diárias a enfrentar.</p>	<p>Não tem estado a dar rendimento; Não têm apoio do Estado; Precisam (associação) de uma embarcação para navegar mais milhas, há pouco peixe até às 7 milhas; já estive em situação de perigo, problemas no motor.</p>	<p>Os barcos estrangeiros entram nas nossas águas e dão cabo das nossas pescas. Têm equipamento que não temos e conseguem pescar por todo o lado. Ficamos prejudicados. Do Estado não temos tido nada! Precisamos de ajuda com o motor e com a fibragem dos botes. Ainda não temos câmara de frio. Já corri perigo no mar, um amigo faleceu.</p>	<p>Não temos tido apoio do Estado, apesar da promessa de ajuda para os motores. A vida de pescador é arriscada principalmente quando o mar está agitado.</p>
--	---	--	---	--	--

2.1.2.- Análise da tabela

Idade dos agentes – faixa etária entre os 30 e 60 anos, correspondendo à idade ativa.

Escolaridade – considera-se o nível básico, ressalvando-se o facto do entrevistado mais velho não ser escolarizado e o mais novo ter ensino secundário incompleto.

Aprendizagem da arte – No geral esta foi apreendida durante a adolescência, no contexto de família alargada e amigos próximos. O entrevistado mais novo é pescador recente, disse ter abandonado os estudos para poder dedicar-se à pesca e sustentar a família. Todos os entrevistados são pais, têm responsabilidades familiares

Situação laboral – dos cinco entrevistados, dois possuem embarcação própria, que podem levar até 3 pessoas, praticam em zona de pesca até sete milhas. Todos os entrevistados concordam na dificuldade causada pelo aumento do preço do combustível e incerteza de rendimento.

Produto, entrada no mercado, acondicionamento – Os peixes mais pescados são budião, garoupa, esmourogal, moreia, atum, agulhão, fatxo, polombeta, branqueira, cola, salmonete, chicharro. Todos os entrevistados informaram vender os seus peixes a “rabidantes”, geralmente mulheres que praticam comércio ambulante de pequenos produtos de produção própria (alimentos, produtos hortícolas, peixe pescado pelos respetivos companheiros) ou comprados em armazéns ou produtores e revendidos no mercado ou nas ruas. Todos os entrevistados concordam na vulnerabilidade causada pela falta de câmara de frio na localidade.

Associativismo e Segurança social - A maioria dos entrevistados diz não fazer descontos para a Segurança Social, não obstante reconhecer a sua importância para fazer face à velhice, a algum transtorno de saúde ou incapacidade. A maioria dos entrevistados é associado, mas tece considerações de inoperância e subsidiariedade partidária à associação a que pertence.

2.1.3.–Quadro síntese Entrevistas Peixeiras

Foram entrevistadas 9 peixeiras nas comunidades de Porto Rincão e Ribeira da Barca (anexo 2), apresentando-se a seguinte síntese das

TABELA 7- Quadro síntese Entrevistas Peixeiras

	Peixeira 1	Peixeira 2	Peixeira 3	Peixeira 4	Peixeira 5	Peixeira 6	Peixeira 7	Peixeira 8
Idade (Questão 2)	37	59	53	30	50	47	52 (pequena armadora)	40
Contexto socio-familiar (Questão 4)	Solteira com filhos; vive com pais	Chefe de família, com filhos e netos a cargo	Chefe de família, com filhos e netos a cargo	Solteira com filhos; vive com pais	Chefe de família, com filhos	Casada com filhos	Chefe de família, viúva com filhos e netos a cargo	Chefe de família, viúva com filhos e tio dependente
Formação, escolaridade, profissionalização (Questões 3,5,6)	9.º ano Rabidante há 15 anos, aprendeu com irmã	4.ª classe Rabidante há 40 anos, aprendeu com amigas	Sem escolaridade Rabidante há 40 anos, aprendeu com mãe	7.º ano Rabidante há 20 anos, aprendeu com mãe	2.ª classe Rabidante há 35 anos, aprendeu com mãe	6.º ano Rabidante há 25 anos, aprendeu com irmã	2.ª classe Rabidante há 40 anos, aprendeu com marido	3.ª classe Rabidante há 18 anos, aprendeu com tio
Situação fiscal, associativismo e de segurança social (Questões 7,11)	Não faz descontos; não é associada	Não faz descontos, mas vai começar a fazer pois quer abrir uma empresa com os filhos; é associada em Ribeira da Barca	Não faz descontos; não é associada	Não faz descontos; não é associada	Não faz descontos; não é associada	Não faz descontos; não é associada	Não faz descontos; não é associada	Não faz descontos; é associada em Rincão
Situação laboral e rendimentos (Questões 8, 12, 15)	Vende no mercado de Assomada; o rendimento	Vende a rabidantes e no mercado de Assomada, rendimento	Vende a rabidantes e a serviços como restaurantes, bares, etc;	Vende no mercado e na rua, onde ganha um pouco mais;	Vende no mercado de Assomada; o rendimento é inconstante;	Vende no mercado e a serviços como restaurantes, bares, hospital	Vende o peixe a rabidantes para revenda	Compra diretamente nos botes e vende no mercado; rendimento

	é inconstante; trabalha cerca de 10h/dia paga 100 escudos diários pelo lugar no mercado	inseguro, depende se há peixe ou não – luta diária; trabalha cerca de 8h/dia paga por mês o lugar de mercado	rendimento incerto; trabalha cerca de 10h/dia paga 100 \$/dia	trabalha cerca de 9h/dia paga 100\$/dia	paga 100 escudos diários pelo lugar no mercado	etc; rendimento incerto; trabalha cerca de 10h/dia paga 100 \$/dia		inconstante, só da para “pão de cada dia”; trabalha cerca de 10h/dia paga 100\$/dia
Produto, acondicionamento, entrada no mercado (Questões 9, 10, 11, 13, 16)	Costuma vender um pouco de tudo o que os pescadores trazem nos botes.	Costuma vender do que compra a pescadores e rabidantes	Costuma vender: rabadilho, chicharro, atum, dobrada, garoupa, moreia; não se vende, fica guardado na caixa de gelo	Costuma vender: moreia, bidião, cavala, atum Há dias sem peixe; quando há e não se vende, fica guardado no gelo	Costuma vender: moreia, garoupa, facho, esmourugal, dobrada, chicharro, cavala;	Quando não se vende tudo fica guardado nas malas com gelo	Costuma vender: garoupa, papagaio, valentim, moreia; Há menos peixe disponível	Costuma vender: chicharro, cavala, atum, gaiado, Tem havido pouco peixe, quando há fica guardado nas malas com gelo
Apoio do Estado e principais desafios (Questões 14, 17)	Nenhum apoio; há falta de condições de higiene e segurança para as peixeiras no mercado	Pouco apoio; Não se pode fazer empréstimos; há problemas com a câmara de gelo	O estado não ajuda, às vezes não se vende nada	O Estado às vezes ajuda; por vezes há problemas entre as peixeiras, falam demais e criam conflito	Sem apoio do Estado, sente dificuldade quando não vende	Sentiu dificuldade durante a pandemia	Apoio inexistente – precisou de apoio para consertar o barco e o motor e não obteve, apesar da promessa	Sentiu dificuldade quando ficou sem o marido, não teve qualquer apoio social, com filhos a cargo; Apoio do estado inexistente, há barcos parados. Quando estão em campanha eleitoral dão

							É complicado quando não há peixe	qualquer coisa, para conseguirem votos; Os combustíveis estão mais caros
--	--	--	--	--	--	--	----------------------------------	--

2.1.4.-Análise da tabela

A idade dos agentes – faixa etária entre os 30 e 60 anos, correspondendo à idade ativa.

Escolaridade – considera-se o nível básico, ressaltando-se o facto de uma das entrevistadas não ter frequentado a escola e uma outra possuir o 9.º ano de escolaridade.

Aprendizagem da arte – No geral esta foi apreendida durante a adolescência, no contexto de família alargada e amigos próximos. Todas as entrevistadas são mães, a maioria afirma-se chefe de família com todas as responsabilidades a seu cargo.

Situação laboral – das entrevistadas, uma possui embarcação própria, que pode levar até 3 pessoas, sendo pequena armadora. A maioria afirma-se *rabidante*, normalmente vende no mercado de Assomada, onde paga 100 escudos diários, mas também vende pelas ruas, de onde tira mais rendimento. Todas as entrevistadas concordam na dificuldade causada pelo aumento do preço do peixe, consequência do aumento do preço do combustível, o que causa incerteza de rendimento.

A maioria das entrevistadas revela uma forte preocupação para com a questão económico-financeira associada à pesca de subsistência.

2.1.4. Registo fotográfico: Fotografias da autora, tiradas a 12 e 18 de agosto de 2022, no Mercado e ruas de Assomada e no porto de Calheta



Figura 15-Rabidantes a aguardar a chegada do bote, com peixe

Produto, entrada no mercado, acondicionamento – Os peixes mais vendidos são bidião, garoupa, esmourogal, moreia, fatxo, polombeta, branqueira, cola, salmonete; os mais requeridos são a cavala, chicharro e o atum, mas não tem sido pescado. Todas as entrevistadas informaram vender os seus peixes no mercado Municipal de Assomada, mas também a outras “rabidantes” para revenda. Todas concordam na vulnerabilidade causada pela falta de melhores

condições de acondicionamento dos peixes, que ficam guardados em malas com gelo e não numa câmara de frio.



Figura 16-Malas térmicas onde ficam guardados os peixes para venda posterior, no mercado de Assomada.



Figura 17-Peixeira tenta cortar moreia, da família das Muraenidae Moraena Robusta, (Osório, 1909)



Figura 18 -Gaiado, da família dos tunídeos *Katsuwonus pelamis* (Linnaeus 1758) Espécie epipelágica oceânica

Duas espécies de peixe bastante apreciados são a Sarda -Sarda Sarda (Blosch 1793) espécie epipelágica nerítica e a Cavala- comum *Scomber japhonicus* (Houttuyn 1782) Espécie epipelágica mesodemersal. Foi determinado período de defeso para a pesca da cavala no ano 2020.



FIGURA 18- Peixes à venda por rabidante: Bidião (*Sparisoma cretensense* (Linnaeus1758) palombeta e papagaio *Sardinella rouxi* (Poll 1951)

Os tunídeos, peixes de maior biomassa e consequente valor comercial, estão contemplados no acordo de pesca entre U.E. e Cabo Verde. Sendo peixes, na sua maioria epipelágicos oceânicos, não estão ao alcance dos botes que praticam pesca artesanal, de subsistência. São peixes requeridos na mesa dos cabo-verdianos, que se queixam da sua escassa disponibilidade no mercado e aumento de preço (quinhentos escudos o quilo, em agosto de 2022).



FIGURA 19-ATUM BRANCO TUNNUS ALALUNGA (BONNATERRE 1788) COMPRIMENTO MÁXIMO OBSERVADO 130CM. PEIXE EPIPELÁGICO OCEÂNICO

2.1.5. Análise dos conteúdos das entrevistas

2.1.5.1. Entrevista Associação (anexo 1.2) - síntese

Quanto ao associativismo, na entrevista recolhida ao coordenador associativo da Associação de Pescadores de Rincão, informa que o maior problema que a associação tem é o pagamento das quotas, pois muitos pescadores não pagam, sempre que há algum benefício todos eles querem beneficiar, mas não se preocupam em pagar as quotas a tempo, é isso que tem a associação a funcionar mal, isso e alguns desentendimentos internos. Apenas pescadores participam na associação, as peixeiras têm a sua associação.

As principais reivindicações no momento são: inexistência de cais de pesca, de arrastadores de bote, a câmara de conserva do peixe, neste momento está estragada. Às vezes o peixe vem de noite e estraga-se, isso é um dos problemas que os pescadores enfrentam, os pescadores vão ao mar só apanhar canseiras e problemas. Um dos maiores desafios é a subida do preço do combustível e a concorrência com os barcos que praticam pesca industrial.

Associativismo e Segurança social - A maioria das entrevistadas diz não fazer descontos para a Segurança Social, não obstante reconhecer a sua importância para fazer face à velhice, a algum transtorno de saúde ou incapacidade e tece considerações de inoperância à associação da sua área de residência. Há interesse em iniciar descontos para a segurança social quando se está na iminência de criar uma empresa.

2.1.5.2. Inquiridor síntese de entrevista (Anexo 1.8 e 1.9)

O seguimento da pesca artesanal é assegurado pelos inquiridores repartidos em 17 dos 97 portos do país onde estão concentrados 50 % da frota. (Comissão Sub-regional das Pescas). Segundo os entrevistados, é tarefa do Inquiridor “O inquiridor faz a amostragem dos peixes que vêm nos botes, de quantidade, qualidade, tamanho (...) observa quando um barco sai para pesca, quantos pescadores leva, a que horas dá entrada, que tipo de pescado traz, que quantidade de pescado e em que zona foi pescar. O inquiridor só

opera na pesca artesanal. Todos os botes com motor fora do bote são considerados embarcações de pesca artesanal”

Por serem próximos dos pescadores que praticam pesca artesanal e de subsistência e serem considerados agentes intermédios do Ministério da tutela, escutar o que têm a dizer acerca da implementação das políticas de pescas, e comportamento dos principais agentes, figura-se pertinente. “A nossa função é só enviar informação. Em situação de infração, a coima a dar não é da nossa parte, inquiridores do Instituto do Mar. É a Direção Geral de Pescas ou a capitania a que pertencem ou o Instituto marinho-pecuária é que procede às coimas”,

No que diz respeito ao apoio dado pelo Governo, no sentido a mitigar as dificuldades da população, um dos entrevistados é claro:

” Na minha maneira de ver as coisas, o Estado tem ajudado sim, como por exemplo ao isentarem as licenças de pesca e registo. Para pescar não se paga nada, nenhuma contribuição, o peixe é de graça. Tem dado para tirar rendimento no fim do mês. O que os pescadores querem é que lhes seja colocado fibra de vidro nos botes e apoiem com a compra de motor, porque já não têm *power* para remar, com a idade. Isto está na mão do governo. Há botes que estão parados, não vão para a faina porque o pescador não tem dinheiro para o combustível. (...) Isso agora tem a haver com as políticas que se fazem, com o que se ensina... É o Estado que deve mudar as suas políticas. O problema é que os políticos, nenhum quer perder o poder! Quando chega o tempo de campanha eleitoral vêm dar, oferecer algo para que se vote neles. Isso acontece de 5 em 5 anos. São os próprios políticos que educam o povo nesse sentido, os pescadores ficam à espera que chegue o momento de campanha, para pedirem, para que lhes seja dado, para votarem. Esta é a verdade que se passa. “

Esta crítica de um cidadão atento contrapõe com o que na teoria se diz sobre o facto do Estado não usar a economia como instrumento do poder, mas como um meio. Com esta crítica, fica a dúvida desta asserção, pois parece que o Partido no Governo instrumentaliza estrategicamente dinheiro afeto a programas de desenvolvimento para melhor servir os seus interesses e manter-se na posição de poder.

2.1.5 Empresário Anexo 1.10

A entrevista concedida revela aspetos relevantes quanto a uma vertente de desenvolvimento que advém do acordo de parceria no setor das pescas – apoio na formação de pescadores, como é o seu exemplo; critica-se o não cumprimento da obrigação dos barcos estrangeiros parceiros embarcarem observadores nacionais a bordo e as práticas de pescas, que, no seu entender, não são sustentáveis.

2.1.6. Procurador Anexo 1.11

A figura de procurador da comunidade pesqueira de Ribeira da Barca não está instituída, no entanto é reconhecida e valorizada, na sua forma informal, por ser um dos filhos da comunidade que, tendo avançado e concluído estudos superiores (Mestrado) apresenta um capital de conhecimento e capacidade que ajudam a melhorar a vida da comunidade.”Tenho uma estreita relação com a comunidade de Ribeira da Barca porque estou próximo dos pescadores. “Junto deles tenho estado a desenvolver alguns projetos para poder concorrer a financiamento. Neste momento há o Sr. José Rui, um senhor a quem fiz um projeto para entregar na PróEmpresa, fiz um projeto para financiamento do barco, ele tem um barco que tem cerca de 15 a 20 anos que está fora do mar, não faz pesca. Então organizei-lhe um projeto, entregou na PróEmpresa, com o objetivo em aceder a um crédito de três mil contos para arranjar esse barco que ele tem fora do mar, para fazer pesca. Esse barco pode fazer pesca fora daqui, entre as ilhas”.

O jovem que se oferece à sua comunidade para prestar auxílio na organização de documentação requerida pelo IMar para concurso a apoios estatais também já foi pescador e conhece as vicissitudes da vida a partir do mar. O seu apoio é considerado na comunidade como um facilitador, dado o baixo nível de instrução dos pescadores locais, que têm dificuldade em interpretar os documentos emanados pelo Ministério do Mar e corresponder com os documentos solicitados.

2.1.6. - Principais métodos de pesca aplicados na pesca artesanal

Pesca à linha, com armadilha- requer isco; com botija-há perigos adjacentes, “Há outro tipo de pesca que fazem na Calheta que é com malheta, têm que ir ao mar com garrafa de oxigénio. As garrafas que levam, cada um para encher é quinhentos escudos, fica caro porque o peixe que antes estava no corpo das águas foi mais para o fundo, como por exemplo a dourada, que era um peixe que ficava em cima, era fácil de apanhar, agora está no fundo, há muitos gastos associados! Agora desceram a 14-18 metros, antes podiam ser apanhados a 4 - 5 metros! Fica mais caro fazer este tipo de pesca e há mais riscos. Temos o exemplo de um jovem que ao usar garrafa tem uma substância química que é o azoto. O azoto se é inspirado paralisa e uma pessoa morre. O pescador corre riscos para apanhar peixe como a dourada tem que ser através de garrafa de ar.” Excerto de entrevista anexo 1.11

Pesca praticada por embarcações de bandeira estrangeira, de acordo com o constante no Acordo de Pescas E.U – C.V.

Plangreiros, embarcações utilizadas para pescas com linha fixa e redes de arrasto tem como alvo a pesca do atum e do espadarte.

“Agora com a pescaria... os barcos estrangeiros estão a entrar no mar de Cabo Verde, roubam-nos o peixe aqui! A sul do Maio, na Boavista, no noroeste do Sal, estão a roubar o nosso peixe... o nosso país foi obrigado a alugar o mar... se roubarem sem nos darem nada, parece-me que é melhor alugar, quando alugamos pescam para águas mais distantes, o oceano Atlântico é muito vasto.” Excerto de entrevista a pescador, anexo 1.6 questão 16

“No que diz respeito à pesca sustentável, o Governo tem cooperação com a União Europeia, onde barcos da EU têm limites, mas podem entrar nas nossas águas para fazer pesca. O que colocamos em causa são as práticas de pesca que comprometem

ecossistema, pois, por exemplo, capturam peixe quando o peixe está a desovar, em C.V. o Governo proíbe pesca no período de desova ou defeso, mas não há controle, não há fiscalização a esses barcos da EU que fazem pesca no momento de desova. Isso põe em causa o ecossistema” Excerto de entrevista a pescador, anexo1.7, questão 5

A esta denúncia (acresce o exposto pelo pescador que se constituiu empresário, quando refere ter credenciais para ser observador de bordo e nunca ter sido chamado para desempenho da função o mesmo se passando com alguns colegas de formação (anexo 1.10 e 1.11).

2.1.7. -Incentivos de apoio à pesca artesanal

Foi publicado em 1 de agosto de 2022, os Editais 1 /2022 (candidatura e seleção de projetos na área da pesca artesanal aptos a receberem apoio financeiro do Ministério do Mar, através do fundo autónomo das Pescas e 2/2022 (anexo 3), que anuncia uma linha de crédito a pescadores, mergulhadores licenciados, peixeiras, pequenas e médias empresas do ramo da distribuição de pescado. Anunciou-se ainda a disponibilização de verba para compra motores, no valor de 9.220.083\$00, 52.452\$00 para compra de de arcas de conservação, e 53.057\$00 para reparação de botes. A reparação dos botes consiste na colocação de fibra de vidro para impermeabilização dos mesmos. Parte do total dessa verba é proveniente da contrapartida financeira do Acordo de Pescas, para apoio à Economia Azul nas comunidades ribeirinhas.

2.1.8 História de vida (anexo 2.10)

A história de vida, integrada neste trabalho, suscita interesse, uma vez que ilustra o ponto de vista, uma visão particular e partilhada do mundo, pelo próprio narrador, imbuída de investimento emocional, por se tratar da sua própria vida. Na medida em que a posse de uma história acerca de si próprio é um elemento central de sustentação do Eu, a história de vida e não é unicamente a um conjunto de factos e à relação entre eles. (Brandão, 2007, p. 2). A crítica apontada para esta peculiaridade na metodologia

de recolha de dados, inserida na prática das entrevistas integra a sua subjetividade, por ser envolta em emotividade, ter “um estatuto exploratório e cujos frutos devem ser submetidos a um processo de demonstração caracteristicamente positivo e dedutivo” e de o “modo como os actores pensam esta realidade, independentemente de essa forma de pensamento não assumir as características da explicação científica, que determina a sua acção e o significado que atribuem à acção dos outros” (Brandão, 2007, p. 27)

A análise desta história de vida, aqui apresentada, focará os assuntos-chave veiculados ao longo deste trabalho, sua relação com a mundividência da narradora, integrada no seu tempo e espaço, e possível extrapolação para a problemática em estudo, no que refere à vida e aos contextos de quem vive da pesca de subsistência.

2.1.9. Políticas públicas de apoio à população

O Governo de Cabo Verde (2015) afirma o estabelecimento de uma organização económica e social atentas aos cidadãos de todas as ilhas logo a seguir à independência, até meados do séc. XX, com a organização dos serviços de assistência pública.

Segundo Leite (2004) o período revolucionário de 1974-1975, foi pautado pela desconsideração, o país estava a contar com uma grave crise alimentar e de subdesenvolvimento humano, mas apoio de Portugal limitou-se a algum apoio alimentar em épocas mais prejudicadas pela seca.

O testemunho deixado no excerto de entrevista feito a uma cidadã caboverdiana septuagenária (entrevista em Anexo 2.10), revela algumas das Políticas públicas de apoio à população de Cabo Verde no período de tempo designado – período ainda colonial e revolucionário, por si vivenciados.

No meu tempo (anos 60, em Cabo Verde, ainda sob domínio colonial português) trabalhava-se no caminho (construção de via pública), como por exemplo quando já choveu como chove agora, o caminho estraga-se, então todos os chefes de família têm que ir para consertar o caminho. Era trabalho do Estado, não era pago. O cabo-chefe

chamava-te, ias, trabalhavas e ele marcava. Era assim que se pagava a contribuição ao Estado.

2.1.8. -Vivências de peixira (anexo 2.10)

“Naquele tempo (anos 60, em Cabo Verde, ainda sob domínio colonial português) sem horas nem nada... vais perguntar quanto tempo... é sair cedo, entrar de noite! Tornar a sair cedo e a entrar de noite, no dia seguinte. Ia ter com as lanchas a meio do mar para tirar o peixe, porque todo o mundo tem de desenrascar-se, se ficar em terra não tenho nada... ponho o peixe na cabeça, vou vender. Ia comprar batata lá no Alto da Malagueta, vinha com ele, a meio do caminho punha no chão, no saco, levava e vendia no Pelourinho, punha o rosto para Ribeira da Barca e ia buscar peixe, vendia por toda a Achada Lém, Fondura, Cutelo Gomes (...) naquele tempo não havia carro, era pés no chão. Era o burro para pôr carga, se a carga era muita, se não tiveres burro, era levar na cabeça, pronto... agora é só de carro, mesmo sem carga nem nada. Houve uma vez, que na sexta-feira de Paixão fui comprar bananas na Jaracunda, São Miguel, para vir vender em Santiago. Era dia de não trabalhar, mas eu fui sem qualquer problema no meu corpo, porque já estava habituada a isso, graças a Deus”

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, procurou-se abordar a perspetiva de desenvolvimento de Cabo Verde desde a sua independência e a partir da exploração dos recursos piscícolas. No quadro dos Acordos de Pesca entre Cabo Verde e a União Europeia, da legislação/regulamentação das atividades consideradas pelo Governo de Cabo Verde e das perspetivas da pesca artesanal e de subsistência tal como a têm os seus principais agentes, procurou-se discutir a problemática levantada por estes últimos.

Definiu-se o perfil de um conflito de acesso, assente na diminuição da quantidade e tipo de peixe disponível para a pesca de subsistência, nas carencias de apoio do Governo e em diferentes perspetivas de desenvolvimento.

Durante este estudo ficou presente que a sensibilidade crítica sobre as questões colocadas, pelas comunidades que vivem da pesca de subsistência não corresponde à sensibilidade do Governo. É certo que se pode afirmar que o principal objetivo que levou à assinatura do acordo de pesca entre Cabo Verde e a União Europeia foi o do desenvolvimento através da exploração de recursos haliêuticos, tidos como sub-explorados, e utilizando como alavanca de progresso a respetiva contrapartida financeira. Os acordos abriam ainda a possibilidade outras formas de cooperação, além do apoio à população costeira mais vulnerável, conforme texto do Dec-Lei 20/2020 de 19 de março.

Discutiu-se em seguida o impacto destas políticas, tal como identificadas pela população que pratica pesca de subsistência. Assim, os impactos negativos identificados foram os seguintes factos : 1) que os botes que praticam pesca artesanal não têm capacidade de operar nas zonas onde se encontram peixes com maior biomassa; 2) que os espaços de pesca estão divididos em zonas de acesso à pesca artesanal e de subsistência (5-7 milhas da costa) e de pesca industrial pelas embarcações da E.U. no âmbito do acordo de pescas entre E.U. e C.V. (a partir das 12 milhas náuticas). Como já referido, este segundo ponto penaliza a pesca artesanal visto as espécies mais requeridas para o comércio internacional, correspondente a espécies de atum, serem, na sua maioria, epipelágicos oceânicos. Evocam-se razões de segurança, para esta delimitação, mas à partida constitui uma forma de limitar o conflito no acesso a um bem que é considerado tendencialmente público pelas comunidades que praticam pesca de subsistência. Outra dimensão do conflito é o facto de o acordo com a União Europeia limitar-se apenas a espécies de atum.

Não fazendo apologia da perpetuação de uma narrativa de pobreza, as comunidades que vivem da pesca de subsistência queixam-se sobretudo do que lhes dificulta o dia-a-dia: aumento do preço de combustível, dificuldade no acesso a bens e serviços da comunidade, como por exemplo a serviços de saúde, desemprego, falta de esperança

em situação de reforma ou velhice e insegurança em situação de doença. Se bem que estes últimos fatores dependem da contribuição das pessoas, e como foi apresentado, o setor informal é predominante na economia de Cabo Verde, questionou-se se a não colaboração com o Estado (pagamento de impostos e descontos para a Segurança Social) representa um ato de desconfiança ou ato subversivo, de acordo com a teoria Gramsciana.

Há ainda a crítica ao Governo, por usar a economia como arma ou ferramenta para manter-se no poder, distribuindo benefícios e apoios à população mais fragilizada, durante a altura da campanha ou pré-campanha eleitoral, o que está a acontecer atualmente, respondendo pontualmente a reivindicações de membros das comunidades que praticam pesca artesanal e de subsistência, com incentivos à pesca artesanal. É o caso da colocação de fibra de vidro nos botes de 27 pescadores da localidade de Rincão, segundo contrato formalizado com a associação de Peixeiras de Rincão a 13 de junho e o apetrechamento de portos com guinchos para puxar os botes para a margem, conforme apresentado na página de Facebook do Ministério do Mar de Cabo Verde, sabendo que as próximas eleições legislativas serão no ano 2024.

Na ação dos cidadãos que praticam pesca artesanal e de subsistência é preciso identificar empreendedorismo por necessidade. Os empreendedores por necessidade têm por objetivo superar um momento difícil pelo qual estão passando (BRITO; WEVER, 2004) O empreendedor por necessidade é aquele que inicia o seu negócio por falta de opção, quando desempregado e sem alternativas de trabalho; na maioria das vezes criando negócios informais e sem planeamento prévio. Na generalidade não geram desenvolvimento económico, fracassam e agravam as estatísticas de mortalidade nos negócios e esse é o tipo de empreendimento comum em países subdesenvolvidos (DORNELAS, 2005). Todavia, contrariando as afirmações de Dornelas, o último relatório do GEM - 2018/2019 Global Report - destaca ter encontrado evidências de que em países de economia menos desenvolvida a maior parte dos empreendedores vem sendo motivada pela oportunidade (Tometich, 2020). Considerando o leque etário dos entrevistados e as responsabilidades familiares que assumem ter, é possível afirmar que são, quase sem exceção, empreendedores por necessidade. Ressalva-se a entrevista

2.10 onde o entrevistado afirma ambicionar tornar-se armador, ter uma embarcação em construção, requerendo apoio estatal, e querer empregar pescadores locais, com quem já trabalhou ou trabalha. Neste caso considera vantagem em ter os descontos e a Segurança Social em ordem. Também na entrevista transcrita em anexo 1.10 a uma peixeira, que refere querer tornar-se pequena empresária, em regime familiar, salienta-se o manifesto interesse em ter os descontos e a Segurança Social em ordem, para poder concorrer a benefícios fiscais e apoios na criação da empresa.

Para finalizar, e retomando a questão macro-social, é importante registar que na demanda pelo desenvolvimento, o Governo de Cabo Verde enfrenta um duplo desafio, que poderá ter contornos antagonistas, o de permanecer na trilha do desenvolvimento, criando oportunidades e esperança de desenvolvimento aos cabo-verdianos, principalmente os mais vulneráveis e ser atento e diligente o suficiente para não fazer perigar a sustentabilidade dos recursos haliêuticos, nos quais tem ancorado o Acordo de Pescas.

Este estudo vem ilustrar o conflito latente entre as demandas de desenvolvimento e a sustentabilidade dos recursos, colocando o Homem num ponto fulcral na responsabilidade por esse equilíbrio, na designada Era do Antropoceno (United Nations Development Programme, 2020) “perante o agravamento da pobreza e das desigualdades, bem como às alarmantes alterações a nível planetário.”

Neste equilíbrio desejado é importante a informação e formação dos cidadãos, tanto dos agentes do setor como a população em geral, para juntos partilharem responsabilidades e ações. No entanto, já é entendido que o crescimento na demanda dos produtos de consumo tem erodido de forma insustentável os recursos. Neste caso é necessário refletir sobre possibilidades de decrescimento, comprometido com o desenvolvimento sustentável, no sentido definido por Latouche, (2012) “Aliás, trata-se exatamente de abandonar uma fé e uma religião: as da economia, do crescimento, do progresso e do desenvolvimento.” (p. 45), aceitando a pluralidade de processos de decrescimento, dentro de cada sociedade e cultura, para sair do totalitarismo produtivista. No caso da gestão dos recursos haliêuticos de Cabo Verde, se não houver cuidado na preservação dos recursos, controle e respeito pelas regras, as medidas

instituídas deixam de ser coerentes, pois a pesca industrial estrangeira erode os mesmos recursos requeridos pela pesca artesanal e de subsistência, com outra dimensão e ganância.

Fontes bibliográficas

- Afonso, M., & Fernandes, A. (2005). abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento. (O. & Flôr/, Ed.) *Revista Fórum DC*.
- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? - Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*(4), pp. 35-70.
- Amaro, R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-desenvolvimento? Des-Envolvimento e Noflay! *Cadernos de Estudos africanos*(34), pp. 75-111. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/325338475Desenvolvimento_ou_Pos-Desenvolvimento_Des-Envolvimento_e_Noflay
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp. 35-70. Obtido em 18 de dezembro de 2022, de Caderno de Estudos Africanos: <https://doi.org/10.4000/cea.1573>
- Araújo, J. P. (Realizador). (2017). *Maio* [Filme]. Brasil. Obtido em 12 de dezembro de 2022, de https://www.youtube.com/watch?v=xQv6MIEg4_I&t=105s
- Assembleia Nacional de Cabo Verde. (29 de setembro de 2020). *Cabo Verde Ambição 2030 - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO PELO DESENVOLVIMENTO*. Obtido em 12 de dezembro de 2021, de <https://cvtradeinvest.com/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2020/10/Declaracao-de-compromisso-agenda-2030.pdf>
- Associação de Universidades de Língua Portuguesa - AULP. (2014). Revista Internacional em Língua Portuguesa - RILP. *Mar, III série, n.º 27*. (AULP, Ed.) Lisboa, Lisboa, Lisboa/Portugal. Obtido em 30 de junho de 2023, de https://aulp.org/wp-content/uploads/2021/10/RILP2014_IMP.pdf
- Bank, P. b. (Ed.). (agosto de 2001). Macroeconomic policy and poverty reduction. Obtido em 27 de junho de 2023, de <https://www.imf.org/external/pubs/ft/exrp/macropol/eng/>
- Bank, W. (7 de outubro de 2022). *Cabo Verde Aspectos Gerais*. Obtido em 16 de outubro de 2022, de The World Bank IBRD - IDA: <https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>

- Barri, I. (2008). *Recursos pesqueiros, estuarinos e marinhos da Guiné-Bissau*. Universidade de Aveiro, Departamento de Biologia. Aveiro: Universidade de Aveiro. Obtido em 17 de 12 de 2022, de <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/824/1/2009000997.pdf>
- Barros, N. P. (2011). *A União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde*. Academia Militar. Direcção de Ensino. Lisboa: Academia Militar Direcção de Ensino. Obtido em 27 de dezembro de 2021
- Batista, E. P. (2015). *Uma união monetária para África Ocidental com participação de Cabo Verde?* Dissertação de Mestrado em Economia, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Economia e Gestão, Porto. Obtido em 30 de janeiro de 2022
- Biosfera Cabo Verde*. (2019). Obtido em 24 de agosto de 2023, de Pesca Sustentável do Mar ao Prato: <https://www.biosfera1.com/projects/cepf-project/>
- Brandão, A. M. (2007). Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. *Configurações*(3), pp. 83-106. Obtido em 23 de junho de 2023, de [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9630/3/Entre%20a%20Vida%20Vivida%20\(2\).pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9630/3/Entre%20a%20Vida%20Vivida%20(2).pdf)
- Cardoso, F. C. (2009). Aspectos jurídicos do regime de conservação e gestão dos recursos da pesca previsto na Convenção da Nações Unidas do Direito do Mar. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*(A. 6), pp. 87-116.
- Catarina, C. M. (30 de junho de 2023). Publicação de Câmara. Assomada, Santa Catarina, Santiago, Cabo Verde. Obtido em 3 de julho de 2023, de https://m.facebook.com/CMSCST/posts/pcb.656808376490857/?photo_id=656806876491007&mds=%2Fphotos%2Fviewer%2F%3Fphotoset_token%3Dpcb.656808376490857%26photo%3D656806876491007%26profileid%3D1360454663%26eav%3DAfaoKOfHTS02BSoGFCsbn3U5PcuAw-EfQl5Ljh17Zpcf0d1r
- Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP CLEAR). (2023). Critérios de Avaliação OCDE: definições, princípios e exemplos para avaliações no contexto global. São Paulo, Brasil. Obtido em 14 de março de 2023, de <https://fgvclear.org/criterios-de-avaliacao-ocde-definicoes-principios-e-exemplos-para-avaliacoes-no-contexto-global/>

- Comissão das Comunidades Europeias. (24 de outubro de 2007). Parceria Especial de Cabo Verde com a União Europeia. *COM (2007) 641 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO*. Bruxelas, Bruxelas, Bélgica. Obtido em 28 de fevereiro de 2022, de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:r13018>
- Comissão Sub-regional das Pescas. (s.d.). Cabo Verde. Obtido em 27 de outubro de 2022, de <http://spcsrp.org/pt/cabo-verde>
- Conselho de Ministros. (17 de setembro de 2020). Dec-Lei n.º 69/2020. pp. 2578-2585. Obtido em 27 de outubro de 2022, de <https://kiosk.incv.cv/V/2020/9/17/1.1.110.3415/p2578>
- Conselho de Ministros. (19 de março de 2020). Decreto-Legislativo nº 2/2020 de 19 de março, p.3. *Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I.ª Série, n.º 33*, pp. 846-872. Obtido em 12 de dezembro de 2021, de https://anas.gov.cv/images/bo_19-03-2020_33_Regime_jur%C3%ADdico_dos_servi%C3%A7os_de_gest%C3%A3o_de_res%C3%ADduos_urbanos.pdf
- Conselho de Ministros da República de Cabo Verde. (26 de março de 2007). Decreto n.º2/2007. *Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º12*, pp. 153 - 168. Obtido em 12 de dezembro de 2021
- Dias, I. G. (2013). *Crescimento económico em Cabo Verde e seu impacto na sustentabilidade ambiental*. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Economia e Gestão do Ambiente, Porto. Obtido em 30 de janeiro de 2022
- Dias, J., & Carmo, J. (setembro de 2010). Breves considerações sobre as ilhas esua gestão. *Revista de Gestão Costeira Integrada*. doi:10.5894/rgci237
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. (2018). *Acordo de Parceria no Domínio das Pescas UE/ Cabo Verde*. Obtido em 27 de março de 2022, de DGRM: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/cabo-verde>
- Duarte, A. R. (novembro de 2011). As fronteiras marítimas, a segurança marítima e a cooperação internacional. *Revista Científica Eletrónica Maria Scientia*, pp. 2-34. Obtido em 17 de julho de 2021, de Maria Scientia (ucp.pt)

- Embaló, L. (2021). *Pesca sustentável: Análise da sustentabilidade da política*. ISCTE Escola de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa. Obtido em 17 de julho de 2022, de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/24101/1/master_lamine_embalo.pdf
- European Commission. (16 (last update) de março de 2022). *European Commission*. Obtido em 14 de abril de 2022, de Trade, Policy, Countries and Regions, West Africa: <https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/regions/west-africa/>
- European Union. (26 de outubro de 2012). AGREEMENT between the European Union and the Republic of Cape Verde on facilitating the issue of short-stay. Cidade da Praia, Santiago, Cabo Verde. Obtido em 27 de fevereiro de 2022, de Official Journal of European Union: http://data.europa.eu/eli/agree_international/2013/521/oj
- European Union. (1 de janeiro de 2014). *Acordo entre a União Europeia e a República de Cabo Verde sobre a facilitação da emissão de vistos de curta duração para os cidadãos da República de Cabo Verde e da União Europeia*. Obtido de Euro Lex: http://data.europa.eu/eli/agree_international/2013/521/oj
- European Union External Action. (10 de outubro de 2017). Comunicado conjunto (Parceria Especial UE/Cabo Verde). (T. D. Union, Ed.) Bruxelas, Bélgica. Obtido em 17 de março de 2023, de https://www.eeas.europa.eu/node/33679_en
- European Union External Action. (2022). *Multi-annual Indicative Programme 2021-2027 E.U. C.V.* Relatório conjunto E.U. C.V., European Union, EEAS, Bruxelas. Obtido em 27 de fevereiro de 2022, de https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2022-01/mip-2021-c2021-9367-cabo-verde-annex_en.pdf
- Expresso das Ilhas. (28 de outubro de 2019). Redução da captura leva APESC a pedir plano de mitigação. Praia, Cabo Verde. Obtido em março de 2021, <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/10/28/reducao-da-captura-leva-apesca-a-pedir-plano-de-mitigacao/66340>
- Expresso das Ilhas. (15 de fevereiro de 2018). Governo reconhece “fragilidades” do sector pesqueiro nacional 15 de fev de 2018. Disponível em <https://www.expressodasilhas.cv/pais/2018/02/15/governo-reconhece-fragilidades-do-sector-pesqueiro-nacional> Governo reconhece "fragilidades" do sector pesqueiro nacional. Praia, Cabo Verde. Obtido em março de 2021

2021, de <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/02/05/governo-reconhece-fragilidades-do-sector-pesqueiro-nacional/56476>

Expresso das Ilhas. (8 de outubro de 2019). Perita em pescas da União Europeia apoia Cabo Verde na revisão da lei sobre pesca ilegal . Praia, Cabo Verde. Obtido em março de 2021, de <https://expressodasilhas.cv/politica/2019/10/08/perita-em-pescas-da-uniao-europeia-apoia-cabo-verde-na-revisao-da-lei-sobre-pesca-ilegal/66022>

Expresso das Ilhas. (14 de fevereiro de 2020). Cabo Verde candidata-se a membro da Iniciativa de Transparência nas pescas. *Expresso das Ilhas*. Praia, Cabo Verde, Praia, Cabo Verde. Obtido em março de 2021, de <https://expressodasilhas.cv/politica/2020/02/14/cabo-verde-candidata-se-a-membro-da-Iniciativa-de-transparencia-nas-pescas/67968>

Expresso das Ilhas. (13 de fevereiro de 2021). Pescas: Pescadores querem melhores embarcações. Armadores destacam progressos no sector. Praia, Cabo Verde. Obtido em março de 2021, de <https://expressodasilhas.cv/economia/2021/02/13/pescas-pescadores-querem-melhores-embarcacoes-armadores-destacam-progressos-no-sector/73363>

Expresso das Ilhas. (12 de fevereiro de 2021). Santiago Norte: 195 peixeiras e 90 pescadores beneficiados por projecto financiado pelos EUA . Praia, Cabo Verde. Obtido em março de 2021, de <https://expressodasilhas.cv/pais/2021/02/12/santiago-norte-195-peixeiras-e-90-pescadores-beneficiados-por-projecto-financiado-pelos-eua/73350>

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. (2017). *Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável* (on-line ed.). Roma, Italia: FAO. Obtido em outubro de 10 de 2022, de <https://www.fao.org>

Ferreira, P. (2011). *Cabo Verde, Pescas e Migrações. A outra face da moeda. O impacto das políticas da União Europeia em Cabo Verde*. Lisboa: Coord. Instituto Marquês de Valle Flôr .

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2023). *THE Ecosystem Approach to Fisheries-NANSEN PROGRAMME*. Obtido em 24 de janeiro de 2023, de Legal report on the ecosystem approach to fisheries in Seychelles: <https://www.fao.org/3/cc3827en/cc3827en.pdf>

- Genard, J.-L., & Escoda, M. R. (2019). *Éthique de la recherche en sociologie*. Lausanne: De Boeck Supérieur.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (5.ª edição ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.
- Gomes, J. A. (2007). *A inserção da Cabo Verde na CEDEAO: o comércio e as migrações*. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Obtido em 30 de janeiro de 2022, de https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/I9P7LSX3USGEY37GE78E6E78PALJA8.pdf
- Governo de Cabo Verde. (2013). *Concelho de S. Miguel Inventário dos Recursos Turísticos*. Ministério do Turismo, Indústria e . Praia: Serviço de Consiltoria em Turismo Lda. . Obtido em 2023 de junho de 27, de <Users/furta/Downloads/Turismo+Sa%CC%83o+Miguel.pdf>
- Governo de Cabo Verde. (2015). *Cabo Verde info*. (Contato Virtual) Obtido em 27 de junho de 2023, de <http://www.caboverde-info.com/Identidade/Cultura/Gastronomia>
- Governo de Cabo Verde. (maio de 2021). Programa do VIII Governo Constitucional da República de Cabo Verde 2021 - 2026. Praia, Santiago, Cabo Verde. Obtido em 3 de dezembro de 2021, de <https://www.parlamento.cv/userfiles/file/Programa%20do%20Governo.pdf>
- Governo de Cabo Verde. (8 de março de 2022). Plano Retoma Setor Privado Pós- COVID 19. Praia, Santiago, Cabo Verde. Obtido em 10 de março de 2022, de <https://www.mf.gov.cv/documents/20126/0/Apresentac%CC%A7a%CC%83o+Plano+Retoma+Po%CC%81s+Covid-19+%281%29.pdf/01113478-b3e3-ce4d-835bc897a?t=1644581587841>
- Governo de Cabo Verde. (fevereiro de 2022). *www.governo.cv*. Obtido em 3 de março de 2022, de Plano de Retoma do Setor Privado Pós-COVID 19: <www.facebook.com/GovernodeCaboVerde>
- Governo de Cabo Verde. (s.d.). *Governo de Cabo Verde A Trabalhar para Todos*. Obtido em 27 de outubro de 2022, de O Arquipélago História: <https://www.governo.cv/o-arquipelago/historia/>

Governo de Cabo Verde. (s.d.). *Planos estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021*.
Obtido em 5 de fev. de 2021, de <https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>

Governo de Cabo Verde. (s.d.). *Planos Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021*.
Obtido em 5 de fev. de 2021, de <https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>

Grijó, C. (29 de setembro de 2021). Nova Embaixadora da União Europeia, Carla Grijó, anuncia o novo ciclo de cooperação com Cabo Verde. (TCV, Entrevistador) Praia, Cabo Verde: RTCV. Obtido em 17 de março de 2023, de https://www.eeas.europa.eu/delegations/cabo-verde/entrevista-da-embaixadora-carla-grij%C3%B3-%C3%A0-televis%C3%A3o-de-cabo-verde_en

Grijó, C. (20 de dezembro de 2022). Parceria Especial União Europeia Cabo Verde. *Nha Terra Nha Cretcheu*. (G. Custódio, Entrevistador) RTP . RTP África, Praia. Obtido em 21 de dezembro de 2022, de <https://www.rtp.pt/play/p9878/e660881/nha-terra-nha-cretcheu>

Hobbes, T. (2002). *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil* (3.ª ed.). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau . (março de 2023). Cabo Verde. (I. d. IPCIM, Ed.) Macau, China. Obtido em 26 de março de 2023, de <https://www.ipim.gov.mo/pt-pt/market-information/comunidade-de-paises-de-lingua-portuguesa/portuguese-speaking-countries-briefing/cape-verde/>

Instituto Marquês de Valle Flôr. (junho de 2010). *Coerência.pt - Os acordos de parceria no domínio das pescas*. Lisboa: IMVF. Obtido em 13 de março de 2022, de http://www.fecongnd.org/pdf/coerencia/estudosCaso/coerencia_estudosCaso_Acordo sParceriaPescas.pdf

Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde. (25 de julho de 2019). *MÓDULO SECTOR INFORMAL – 2015*. Obtido de Inquérito Multiobjetivo Contínuo 2015: <https://ine.cv/publicacoes/modulo-sector-informal-2015/>

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. (2020). *Recenseamento Geral da População e Habitação*. Obtido de Cabo Verde Censos 2021: ine.cv/censos2020/?page_id=3087#

Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP). (2001). *Diagnóstico sócio-económico da Pesca Industrial em Cabo Verde*. Cabo Verde.

Jessop, B. (1997). Reconstructing urban regime theory: regulating urban politics in a global economy. (E. r. programme, Ed.) *A neo-Gramscian approach to the regulation of urban regimes: accumulation strategies, hegemonic projects, and governance*, pp. 1-28.
Obtido em 15 de october de 2022, de researchgate.net

Jesus, J. L. (13 de janeiro de 2015). A área marítima fundamental para o nosso desenvolvimento é a que já existe. (E. d. Ilhas, Entrevistador) Cabo Verde. Obtido em 22 de janeiro de 2021, de <https://expressodasilhas.cv/exclusivo/2015/01/13/jose-luis-jesus-a-area-maritima-fundamental-para-o-nosso-desenvolvimento-e-a-que-ja-existe/43711>

Johnston, L. (2018). The economics of and prospects for China's Africa return. Em T. Binns, K. Lynch, & E. Nell (Edits.), *The Routledge Handbook of African Development* (1.ª ed., pp. 583-600). N.I.: Routledge.

Kassab, H. S. (2017). *Prioritization Theory and Defensive Foreign Policy Systemic Vulnerabilities in International Politics*. Estados Unidos da América: Palgrave Macmillan.

Laranjinha, D. R. (21 de fevereiro de 2021). Relações EU/ África. *Programa Visão Global*. (M. R. Cardoso, Entrevistador) RTP. Antena 1, Lisboa. Obtido em março23 de 2021, de <https://www.rtp.pt/play/p282/e525829/visão-global>

Latouche, S. (2012). O decrescimento. Por que e como. Em *Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. (L. Milani, Trad., pp. 45-54). Marseille, France: IRD Éditions. Obtido em 24 de julho de 2023, de <https://books.openedition.org/irdeditions/19992>

Leite, I. C. (2004). Entre África e a Europa: Cabo Verde e a sua estratégia de desenvolvimento. *Conferência Internacional Ásia/ África*. Porto, Universidade Fernando Pessoa. Obtido em 5 de fevereiro de 2022, de <http://hdl.handle.net/10284/1016>

Levy, D. L. (02 de June de 2003). A Neo-Gramscian approach to corporate political strategy: conflict and accommodation in the climate change negotiations. *Journal of Management Studies*, 40, pp. 803-829. doi:10.1111/1467-6486.00361

Lopes, J. V. (2013). *Cabo Verde, Os bastidores da independência*. Praia, Cabo Verde: Spleen.

- Luz, A. (2008). *Cabo Verde e o não-alinhamento*. Trabalho de investigação aplicada- Curso de Infantaria, Academia Militar, Direção de Ensino, Lisboa. Obtido em 30 de janeiro de 2022, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6958/1/TIA%20-%20Cabo%20Verde%20e%20o%20N%C3%A3o-alinhamento.pdf>
- Maquiavel, N. (1997). *O Príncipe* (8.ª ed.). Lisboa: Guimarães.
- McGillivray, M., & Carpenter, D. (Edits.). (2013). Narrowing the development gap in ASEAN: Drivers and policy options.
- Monteiro, E. N. (2009). *A política de cooperação em Cabo Verde*. Dissertação em Ciência Política, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa. Obtido em 3 de fevereiro de 2022, de <http://hdl.handle.net/10961/2524>
- Moreira, E. d. (2018). *A diplomacia económica como um dos vetores da política externa de Cabo Verde: análise dos principais tratados bilaterais e multilaterais*. Mestrado Profissionalizante em Direito Internacional e Relações Internacionais, Faculdade Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa. Obtido em 3 de fevereiro de 2022, de <http://hdl.handle.net/10451/34112>
- Moyo, D. (2009). *Dead Aid - Why aid is not working and how there is an better whay for Africa*. (1.ª). (L. o.-i.-P. Data, Ed.) Farrar, Straus and Giroux, New York, United States . Obtido em 30 de janeiro de 2023, de <https://www.pdfdrive.com/dead-aid-why-aid-is-not-working-and-how-there-is-a-better-way-for-africa-d196281835.html>
- Nakamura, J., & Amador, T. (2023). *Legal report on the ecosystem approach to fisheries in Seychelles An analysis of the ecosystem approach to fisheries in selected national policy and legal instruments of Seychelles*. (FAO, Ed.) Obtido em 24 de janeiro de 2023, de <https://www.fao.org/3/cc3827en/cc3827en.pdf>
- NATO. (s.d.). *NATO.int*. Obtido em 18 de março de 2022, de [What is NATO: nato.int](https://www.nato.int)
- Ndlovu-Gatsheni, S. J. (2018). The African Idea of Development. Em T. Binns, K. Lyneh, & E. Nell (Edits.), *The Routledge Handbook of African Development* (1.ª ed., pp. 19-33). London, United kingdom: Routledge. doi:org/10.4324/9781315712482

- Neves, J. M. (2010). *Uma Agenda de Transformação para Cabo Verde* (1.ª ed.). Lisboa, Portugal: Letras Várias.
- Organização das Nações Unidas. (25 de setembro de 2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Obtido em maio de 2021, de <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Paes, L. O. (2022). *The challenge of IUU fishing in West Africa and The Potential Technology Solutions: An analysis of international cooperation projects in Ghana and Guinea-Bissau*. Norwegian Institute of International Affairs. Oslo: NUPI. Obtido em 10 de outubro de 2022, de <https://www.nupi.no/publikasjoner/cristin-pub/the-challenge-of-iuu-fishing-in-west-africa-and-the-potentialtechnology-solutions-an-analysis-of-international-cooperationprojects-in-ghana-and-gu>
- Parlamento Europeu. (16 de abril de 2016). *Investigação para a comissão PECH - Mercados da pequena pesca: cadeia de valor e, promoção e rotulagem*. (P. E.-G. Políticas, Ed.) Bruxelas, Bélgica. Obtido em 14 de julho de 2023, de [http://: www.europarl.europa.eu/supporting-analysis](http://www.europarl.europa.eu/supporting-analysis)
- Plácido, L., & Alves, I. (15 de junho de 2021). *Buala*. (Buala.org, Ed.) Obtido em 24 de maio de 2023, de *Vida difícil, vida cansada: o esquecimento paira na Ribeira da Barca*: <https://www.buala.org/pt/mukanda/vida-dificil-vida-cansada-o-esquecimento-paira-na-ribeira-da-barca>
- Portugal Exporta. (11 de 2021). *My AICEP*. Obtido em 14 de abril de 2022, de Mercado Cabo Verde: <https://myaicep.portugalexporta.pt/mercados-internacionais/cv/cabo-verde?setorProduto=-1>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reiner, F. (1996). *Catálogo dos peixes do Arquipélago de Cabo Verde*. Lisboa: Publicações Avulsas do Instituto Português de Investigação Marítima (IPIMAR). Obtido em 19 de janeiro de 2023, de <http://hdl.handle.net/10400.26/33828>
- Reis, V. M. (2010). *Desenvolvimento em Cabo Verde - as opções estratégicas e o investimento direto estrangeiro - contributo português*.
- Rosseau, J.-J. (2003). *O Contrato Social*. Portugal: Publicações Europa América.

- RTP África. (14 de fevereiro de 2019). *Nha Terra Nha Cretcheu - Acordo de Pesca UE-CV*. Cabo Verde, Ilha de Santiago, Cabo Verde. Obtido em 17 de março de 2022, de [youtube.com/watch?v=S5IHG3_vuFs](https://www.youtube.com/watch?v=S5IHG3_vuFs)
- Sanches, H. L. (2019). *A condução da política orçamental em Cabo Verde e seus efeitos na dívida pública*. Dissertação para Mestrado em Economia, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto. Obtido em 30 de janeiro de 2022
- Santana, E. A. (2017). *Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde: evidência para o período 1986-2015*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Economia e Gestão. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Obtido em 16 de setembro de 2022, de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/108074/2/223201.pdf>
- Santos, A. J. (2008). *Gestão Estratégica. Conceitos, modelos e instrumentos*. Lisboa: Escolar Editora.
- Sheng, L., & Nascimento, D. F. (2021). *The Belt and Road Initiative in South-South Cooperation. The impact on World Trade and Geopolitics*. Singapura, Singapura: Palgrave Macmillan. doi:doi.org/10.1007/978-981-16-6357-4
- Silva, I. P. (2021). *A Teoria da Dependência de Celso Furtado*. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas, Porto Alegre, Brasil. Obtido de <https://1library.org/article/teoria-da-depend%C3%Aancia-celso-furtado-uma-teoria-depend%C3%Aancia.y8xw4k2q>
- Tavares, A. d. (2010). *A importância da Política Externa no Processo do Desenvolvimento - O caso paradigmático de Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialização em Relações Internacionais, Lisboa. Obtido em 3 de fevereiro de 2022, de run.unl.pt/bitstream/10362/5297/1/TESE%202010.pdf
- Tavares, C. M. (2016). *Segurança Alimentar em Cabo Verde Principais desafios num contexto de insularidade e de escassez de recursos naturais*. Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto. Porto: Universidade do Porto.
- Tavares, P. B. (dez 2010). *RELAÇÕES CABO VERDE-CHINA: Balanço dos Trinta e Dois Anos de Cooperação*. Tese de Mestrado apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e

Humanas , Universidade Nova da Lisboa , Departamento de Estudos Políticos, Lisboa.
Obtido em 15 de março de 2021, de <https://run.unl.pt/bit>

Telepneva, N. (2021). *Cold War Liberation: The Soviet Union and the Collaps of the Portuguese Empire in Africa 1961-1975*. North Carolina, USA: The University of North Carolina Press.

Tometch, P. (14 de agosto de 2020). Empreendedorismo, um conceito impreciso. *Revista Estratégia e Desenvolvimento, IV, nº 1*(Edição Especial: Estudos organizacionais e suas possibilidades de pensar para além da empresa). Obtido em 14 de maio de 2022, de <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/RED/article/view/103409>

TradelInvest. (s/d). *www.cvtradeinvest.cv*. Obtido em 12 de dezembro de 2021, de 10 Razões para Investir em Cabo Verde: <https://cvtradeinvest.com/economia-do-mar>

Unidas, N. (s.d.). Convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Obtido em 4 de outubro de outubro de 2021, de [https://eurlex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21998A0623\(01\)&from=EL](https://eurlex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21998A0623(01)&from=EL)

Unidas, O. d. (2020). *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Obtido em 30 de dezembro de 2020, de Relatório do desenvolvimento humano 2020. A próxima fronteira. Desenvolvimento Humano e o Antropoceno: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_pt.pdf

United Nations Development Programme. (1 de janeiro de 1990). Human Development Report 1990. (O. U. Press, Ed.) New York, USA. Obtido em 17 de dezembro de 2022, de <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr1990encompletenostatspdf.pdf>

United Nations Development Programme. (15 de dezembro de 2020). Human Development Report The next frontier - Human development and the Anthropocene. Obtido em 17 de dezembro de 2022, de https://reliefweb.int/report/world/human-development-report-2020-next-frontier-human-development-and-anthropocene?gclid=Cj0KCQiAjbagBhD3ARIsANRrqEtyaQrSzsCtRnebeQzHbp8mknYzMv2gCvgr2ufUh6Nmb75HZj5WsBYaApS2EALw_wcB

UNO. (7 de July de 2021). *Oceans and the law of the sea*. Obtido em 16 de June de 2022, de [un.org/en: https://www.un.org/en/global-issues/oceans-and-the-law-of-the-sea](https://www.un.org/en/global-issues/oceans-and-the-law-of-the-sea)

- Varela, D. (10 de maio de 2022). Regiões Periféricas. *Nha Terra, nha Cretcheu: T17, Ep. 17*. (G. Custódio, Entrevistador) RTP África . RTP, Cabo Verde. Obtido em 14 de maio de 2022
- Varela, O. B. (julho de 2007). A Encruzilhada da Defesa e Segurança no Atlântico médio: Cabo Verde entre a "Espada" da NATO e a "Parede" Africana? *Revista Direito e Cidadania* (25/26). Obtido em 24 de outubro de 2021, de <https://core.ac.uk/download/pdf/38681567.pdf>
- Verde, G. d. (2021). *Multi-anual indicative programme*. European Comission. Obtido em 27 de fev de 2022, de https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2022-01/mip-2021-c2021-9367-cabo-verde-annex_en.pdf
- Verde, G. d. (s.d.). Constituição da República de Cabo Verde. Obtido de <https://www.governo.cv/governo/constituicao/>
- Verde, G. d. (s.d.). Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021. Praia, Santiago, Cabo Verde. Obtido em 30 de maio de 2021, de <https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>
- Verde, I. N. (2020). *Cabo Verde Censos 2020*. Obtido em 12 de dezembro de 2021, de ine.cv/censos2020/?page_id=3088#
- Vokes, R. (2018). African perspectives on development. Em E. Nel, K. Lynch, & T. Binns (Edits.), *The Routledge Handbook of African Development* (1.ª ed., pp. 10-18). London, U.K.: Routledge. doi:org/10.4324/9781315712482
- Wood, A. (1993). Hegel's ethics. Em F. C. Beiser (Ed.), *The Cambridge Companion to Hegel* (1.ª ed., pp. 211-233). Cambridge, U.K: The Press Syndicate of the University of Cambridge.
- World Trade Organization. (s.d.). *World Trade Organization*. Obtido em 5 de fevereiro de 2022, de https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org6_e.htm

Anexos